Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | São Paulo, sexta-feira, 28 de junho de 2019 | Nº 24.450 | Preço banca: R$ 3,00

Maio registra abertura de 32,1 mil novas vagas de emprego no país

A criação de empregos com carteira assinada teve saldo positivo em maio, com a criação de 32.140 vagas, informa o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na quinta-feira (27) pelo Ministério da Economia. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões. O saldo positivo em maio foi resultado de 1.347.304 admissões contra 1.315.164 desligamentos ocorridos no período.

É o terceiro ano seguido em que o mês de maio apresenta saldo positivo, apesar de uma ligeira queda no volume total de novas vagas na comparação com o mesmo mês nos anos de 2017 (34,2 mil) e 2018 (33,6 mil).

Para o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, o resultado do mês está em sintonia com o desempenho da economia, mas ainda abaixo do desejado. Página 3

Paulo Guedes diz que vai liberar mais de R$ 100 bilhões em compulsórios

Página 4

Sábado (dia 29) é o "DIA D" contra o sarampo em São Paulo

Página 2

Campos Netos nega pressão do Banco Central por reforma da Previdência

Página 7

Utilização de transporte por aplicativo gera economia de R$ 93 milhões aos cofres públicos municipais

Página 2

Vale sabia que tragédia exigiria evacuar refeitório em até 1 minuto

Página 4

Crédito concedido pelos bancos deve crescer 6,5% este ano

Página 3

MP pede bloqueio de R$ 5,4 bilhões por irregularidades no Rodoanel

Foto: Governo do Estado de SP/Divulgação

Rodoanel

O Ministério Público de São Paulo ajuizou uma ação civil pública de improbidade administrativa contra 30 pessoas e três empresas por irregularidades na licitação para construção do trecho leste do Rodoanel, o anel rodoviário de 176 quilômetros de extensão que circunda a região central da Grande São Paulo. A ação pede o bloqueio de bens dos acusados no valor de R$ 5,4 bilhões.

Entre os apontados como responsáveis pelos prejuízos causados pelas falhas na concorrência estão os ex-governadores Geraldo Alckmin e Alberto Goldman, que estavam à frente do Executivo de São Paulo entre 2010 e 2011, período em que, segundo a investigação, ocorreram os fatos.

Segundo o inquérito da promotoria de Patrimônio Público e Social, os órgãos do governo estadual selecionaram uma proposta sem sustentabilidade econômica para a construção do trecho leste e exploração do trecho sul do Rodoanel. No texto da ação, o promotor Marcelo Milani afirma que a concessionária Spmar, vencedora da concorrência, apresentou uma proposta que não permitia a execução do contrato. Página 4

Empresas brasileiras de inovação buscam negócios no Canadá

Dezoito empresas brasileiras que exploram atividades inovadoras no mercado, também conhecidas como companhias startup (expressão em língua inglesa que define um negócio como inovador e rentável) estão participando, em Toronto, Canadá, de uma maratona de apresentações para bancos de investimentos, universidades e grupos empresariais. O programa, denominado StartOut Brasil, tem como objetivo atrair investimentos e parcerias para empresas brasileiras que tenham desenvolvido programas tecnológicos que visam facilitar a vida de comunidades ou dar soluções para problemas da vida moderna. Página 3

Itália não permite entrada de navio com migrantes na ilha de Lampedusa

A Comissão Europeia (UE) pediu que a Itália encontre uma solução para os migrantes a bordo do Sea Watch 3. O navio humanitário entrou em águas territoriais italianas, mas o país não está disposto a permitir o desembarque dos 42 migrantes a bordo. Página 3

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

27º C
16º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,83
Venda: 3,83

Turismo
Compra: 3,68
Venda: 3,99

EURO
Compra: 4,36
Venda: 4,36

OURO
Compra: 159,60
Venda: 193,76

Esporte

Indaiatuba recebe a Mitsubishi Cup com novas trilhas e pilotos renomados

Este sábado (29) será de muita velocidade em Indaiatuba, interior de São Paulo, na terceira etapa da Mitsubishi Cup. O rali cross-country de velocidade recebe pilotos de várias partes do Brasil e terá a participação de duas lendas das pistas: Ingo Hoffmann e Paulão Gomes.

Confira como é a Mitsubishi Cup: https://youtu.be/REhAQUweRjo

"Este é um ano muito especial para a Mitsubishi Cup em comemoração a seus 20 anos. Página 8

Foto: Tom Papp

Prova *terá convidados especiais*

Bia Haddad Maia fura quali de Wimbledon e disputa pela segunda vez o Grand Slam

A tenista Beatriz Haddad Maia (Eurofarma/ SantoDigital/ Generali/ Booking.com/ BV/ Joma/ Head/ Solinco/ CBT/ IMG) vai disputar pela segunda vez na carreira a chave principal de Wimbledon.

Nesta quinta-feira, Bia bateu a sérvia Olga Danilovic em dois 2 sets a 0, duplo 6/4, em 1h25min, pela terceira e última rodada do qualifying.

"Foi o quali do controle emocional. Três jogos duríssimos, as meninas sacando muito bem... Comecei abaixo em todos os jogos e o principal foi a minha mente. Página 8

Andressa de Morais quebra o recorde sul-americano do disco

Foto: Wagner Carmo

Andressa *de Morais*

A brasileira Andressa Oliveira de Morais (Pinheiros) quebrou o recorde sul-americano do lançamento do disco ao vencer a prova no Meeting Internacional de Leiria, em Portugal, com a marca de 65,34 m, na quarta-feira. A arremessadora superou o seu próprio recorde continental, de 65,10 m, alcançado no dia 8 de julho do ano passado, durante o GP Brasil Caixa de Atletismo, em Bragança Paulista (SP).

A marca da paraibana, de 28 anos, é a sexta melhor no Ranking Mundial da IAAF de 2019. Página 8

Brasil enfrenta a França nesta sexta-feira, em Brasília

Foto: William Lucas

Alan

Líder da Liga das Nações 2019 após as quatro primeiras etapas concluídas, a seleção brasileira masculina de vôlei comanda a tabela de classificação com 30 pontos conquistados em 11 vitórias de 12 jogos disputados. Nesta sexta-feira (28), a equipe comandada pelo técnico Renan enfrentará a França, terceira colocada, às 20h, no ginásio Nilson Nelson, em Brasília (DF). A partida terá transmissão ao vivo do SporTV 2.

Os resultados positivos foram conquistados, na primeira semana, em Katowice, na Polônia, sobre Estados Unidos, Austrália e Polônia. Página 8

Sábado (dia 29) é o "DIA D" contra o sarampo em São Paulo

Neste sábado (29) a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) promove o Dia D contra o sarampo, com uma grande mobilização dos profissionais da área para vacinar os jovens entre 15 e 29 anos, o público alvo da campanha. Todas as pessoas dessa faixa etária devem comparecer aos postos de vacinação levando a caderneta de imunizações, se possível.

As 464 Unidades Básicas de Saúde (UBS) estarão funcionando das 8h às 17h, além de postos espalhados por todas as regiões da cidade.

O sarampo é altamente contagioso e pode levar à morte. A vacina tríplice viral, que protege contra essa doença, além da caxumba e da rubéola, é a única forma de prevenir a ocorrência desta enfermidade na população e comprovadamente eficaz em cerca de 97% dos casos.

A SMS intensificou as ações de vacinação contra o sarampo em razão da baixa adesão à campanha municipal iniciada em 10 de junho. Até o dia 19, apenas 12.265 mil jovens procuraram os postos de vacinação. A Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA) estima que a população de 15 a 29 anos é composta de 2,9 milhões de pessoas, sendo necessário que, no mínimo, que 95% do público alvo esteja vacinado para interromper a transmissão da doença em São Paulo.

O ressurgimento do sarampo nos últimos anos é um fenômeno global. A Organização Mundial de Saúde (OMS) alerta que, até o final de março de 2019, 170 países haviam notificado 112.163 casos à Organização. No mesmo período do ano passado, foram 28.124 ocorrências da doença em 163 nações. Mundialmente, isso significa um aumento de quase 300%. Na Europa, mais de 41 mil pessoas foram infectadas nos primeiros seis meses de 2019, ultrapassando o total registrado ao longo dos últimos anos desta década. Em abril de 2019, Nova Iorque chegou a entrar em alerta contra o sarampo, após ter registrado 285 casos no período de seis meses .

Embora ainda não exista um estudo que determine o impacto individual dos fatores que contribuíram para o surgimento do vírus em países onde a doença já havia sido eliminada, a circulação de informações falsas ou infundadas nas redes sociais é apontada como uma das causas para a baixa adesão à vacinação.

O vírus do sarampo está circulando no Brasil. Em 2018, os estados do Amazonas e Roraima confirmaram, respectivamente, 9.778 e 355 casos . Além destes, nove Unidades Federadas (UF) confirmaram pessoas acometidas pela enfermidade: 61 no Pará, 45 no Rio Grande do Sul, 19 no Rio de Janeiro, quatro em Pernambuco, quatro em Sergipe, três em São Paulo, três na Bahia, dois em Rondônia e um no Distrito Federal, totalizando 10.274 casos confirmados de sarampo neste ano.

Em 2019, foram 123 casos confirmados no Brasil, até 15 de junho. Na capital paulista, há 32 casos confirmados de sarampo, sendo oito importados e 24 em fase de investigação quanto ao provável local de infecção. Não há registros de morte causada pela doença na cidade.

O município tem mantido a cobertura vacinal alta na primeira dose da vacina tríplice viral, na população de um ano de idade, registrando 95,66% em 2018 e mais de 100% no primeiro quadrimestre de 2019 (o que ocorre quando a vacinação supera a estimativa inicial da população a ser imunizada). Já a cobertura da segunda dose foi de 44,10% em 2018, e ficou em 79,67% no 1° quadrimestre deste ano. Em 2018, o município de São Paulo realizou a campanha de vacinação contra o sarampo voltada para a população entre um e quatro anos de idade e atingiu 95,6% de cobertura vacinal, acima da meta estabelecido pelo Ministério da Saúde.

De acordo com a coordenadora do Programa Municipal de Imunizações (PMI), da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo, Maria Lígia Nerger, a definição do público-alvo da campanha foi em conjunto com o órgão estadual e contempla a faixa-etária com menor chance de ter recebido as duas doses da vacina tríplice viral. A coordenadora relata, ainda, que o calendário atual recomenda que pessoas de um a 29 anos de idade tenham recebido duas doses da vacina para efetiva imunização. "O objetivo da Campanha de Vacinação Contra o Sarampo é aumentar a cobertura vacinal nesta faixa etária e interromper a circulação da doença no município", disse a coordenadora.

O sarampo é uma enfermidade de notificação obrigatória e imediata, em todos os casos suspeitos identificados, a vigilância epidemiológica desencadeia ações de bloqueio vacinal para interromper a transmissão. As ações são realizadas em todos os locais frequentados pela pessoa com suspeita de ter contraído a doença como a vizinhança da residência, locais de trabalho, e estudo, a unidade de saúde e os meios de transporte utilizado em viagens no período de transmissão . Desta forma um único caso suspeito pode desencadear múltiplos bloqueios em diferentes regiões da cidade, eventualmente até em outros municípios ou estados.

A COVISA realizou 259 ações de bloqueio de sarampo na cidade de São Paulo, até 8 de junho e conta com ações, como o Dia D, em 29 de junho, para sensibilizar a população de 15 a 29 anos sobre a necessidade da vacina. "É importante que todo o paulistano saiba da campanha. Mesmo que esteja fora da faixa etária da campanha, as pessoas podem contribuir, incentivando seus familiares e amigos a tomar a vacina", explica a Coordenadora de Vigilância em Saúde da cidade de São Paulo, Solange Saboia.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

A coluna [diária] de política do jornalista **Cesar Neto** vem sendo publicada [na imprensa] desde 1993, pelo jornal "O DIA" [3º mais antigo diário em São Paulo - SP]. Na Internet, desde 1996, o site www.cesarneto.com foi um dos pioneiros no Brasil. No Twitter, **@CesarNetoReal**

.

CÂMARA (SP) - Vereadores já se movimentam na possibilidade de mudanças dos atuais partidos nos quais estão. No caso de Caio Miranda (PSB), seu 'passe' tá tão valorizado que não só o DEM, do poderoso colega Milton Leite, como mais 3 partidos tão de portas escancaradas

.

PREFEITURA (SP) - Deputado federal Gilberto Nascimento (PSC), um dos históricos pioneiros entre cristãos na política pelo Estado de São Paulo, só não será Secretário da Casa Civil de Bruno Covas (PSDB) se não quiser. Poderá e deverá ser elo entre o católico e os protestantes

.

GOVERNO [SP] - Nestes 31 anos do agora novo PSDB, vale lembrar que o ex-prefeito paulistano, agora governador (SP) e reformador do novo PSDB nacional. Tá completando 6 meses no governo paulista

.

CONGRESSO (BR) - Quem pode dar aula sobre o projeto de Abuso de Autoridade, aprovado no Senado, é o agora deputado federal Luiz Flávio Gomes (PSB-SP). Foi advogado, membro do MP, juiz e é professor de Direito. A Câmara pode 'decretar' censuras e retaliações ao MP e Magistratura

.

PRESIDÊNCIA (BR) - No Japão, Bolsonaro - agora ao lado de Trump (USA) - começa a fazer a única coisa que pode: manter o discurso de "Brasil Acima de Todos", contando com "Deus Acima de Tudo". Do ponto de vista Econômico, sinalizar que pode o futuro da humanidade passar pela "Pátria Amada"

.

PARTIDOS (BR) - Como estão nossas legendas em relação ao prazo [30 junho 2019] pra realizar convenções, tirando os diretórios da condição de provisórios ? Ainda que estejam se enquadrando, não será isto que vai arrancar de uma hora pra outra donos e sócios preferenciais nacionais

.

JUSTIÇAS (BR) - A questão do militar que usava avião da Aeronáutica servindo a Presidência pra transportar drogas ilegais pode jogar luz nas missões dos membros do Superior Tribunal Militar, o menos conhecido dos Tribunais brasileiros. No rodízio da presidência tá o Almirante [Marinha] Marcos Vinícius

.

HISTÓRIAS - Vale assistir "Democracia Invertida" ? Sim, pra compreender 'narrativas estéticas' [de alguém da família sócia na empreiteira Andrade Gutierrez - cujo diretor entregou quem cometeu crimes com eles pra se livrar da prisão] pra vender que "os crimes foram do PT e não do Lula"

.

EDITOR

A coluna [diária] de política do jornalista **Cesar Neto** tornou-se referência das **liberdades possíveis**. Foi dirigente em Comitês de de Imprensa. Está dirigente na Associação Paulista de Imprensa. Recebeu **Medalha Anchieta** [Câmara paulistana] e **Colar de Honra ao Mérito** [Assembleia SP]

cesar@cesarneto.com

Mais de 44 mil reeducandos são vacinados contra a gripe

Durante a Campanha Nacional de Vacinação contra Influenza (H1N1), os presídios subordinados à Coordenadoria da Região Noroeste (CRN) imunizaram 44.590 reeducandos. O número representa 83% da população prisional, 6% a mais no comparativo com o ano passado.

A população prisional entrou para o grupo de prioritários pelo Ministério da Saúde para vacinação em 2012, uma vez que os detentos vivem em locais fechados e aglomerados. Essa situação propicia a transmissão do vírus Influenza pelo contato próximo – falar, tossir ou espirrar. O contágio também ocorre pelas mãos e objetos contaminados.

"Eles constam como grupo preferencial por estarem em confinamento e em ambiente de aglomeração. Por isso, a vacinação tem como objetivo a prevenção de várias complicações respiratórias ocasionadas pelo vírus Influenza e, também, da morte", explica a diretora do Centro Regional de Saúde da CRN, Aparecida Kalinsqui.

Anualmente, a Secretaria de Administração Penitenciária, por meio das Coordenadorias de Saúde do Sistema Penitenciário e da Região Noroeste, promove a campanha de vacinação contra a gripe na população carcerária e servidores.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Utilização de transporte por aplicativo gera economia de R$ 93 milhões aos cofres públicos municipais

A Secretaria de Gestão continua empenhada em reduzir os custos operacionais da Prefeitura de São Paulo. Desde sua implementação em 2017, com a utilização de aplicativo para a locomoção de servidores, a Prefeitura de São Paulo obteve uma economia total de mais de R$ 93 milhões, segundo levantamento realizado pela secretaria. O relatório completo será publicado em julho.

Os serviços de aplicativo são completamente informatizados, registrando todas as informações das viagens em bases de dados, diferentemente da locação de veículos. "As informações permitem um monitoramento completo das viagens. Então, além de garantir a transparência do uso do transporte interno, age no combate às irregularidades", explica Malde Vilas Boas, secretária municipal de Gestão. A secretária destaca que foi criado um setor exclusivamente para monitorar todas as viagens da Prefeitura.

Com o uso do aplicativo, a gestão municipal também ganhou em eficiência pois, mesmo que a unidade tivesse servidores disponíveis para realizar um determinado serviço, a atividade estava condicionada a disponibilidade de veículos, que era em número limitado devido ao seu custo. Esse tipo de restrição não acontece com o uso do transporte por aplicativo, já que a oferta de veículos é alta em quase toda a cidade. Como consequência, alguns serviços tiveram aumento de produtividade.

O uso de carros próprios/locados da Prefeitura ainda é mantido em casos específicos, como atendimento em regiões de risco ou muito afastadas, zonas rurais, transporte de cidadãos e para as viaturas da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e da Defesa Civil.

Modelo para outras esferas de governo

A implantação do sistema de transporte de servidores via aplicativo vem chamando a atenção de outras instituições públicas, que estão procurando a Prefeitura de São Paulo para replicar o modelo em suas cidades ou estados. Exemplos incluem as prefeituras de Santos, Campinas, Itu, Fortaleza, Balneário Camboriú, Natal e Curitiba; alguns Governos Estaduais, como de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Pará; o Ministério da Economia; o Tribunal de Justiça do Mato Grosso; o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS-SP; Tribunal de Contas da União; e o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – que por meio de convênio, utilizou os serviços de aplicativo da Prefeitura para auxiliar na fiscalização do processo eleitoral de 2018.

Parceria prevê investimentos de R$ 7,2 milhões no Parque Zilda Arns

Um convênio firmado entre a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e a Sabesp prevê investimentos de R$ 7,2 milhões na revitalização do Parque Linear Zilda Arns, na região leste de São Paulo. A atualização do convênio foi apresentada durante a 61ª Reunião do Comitê Gestor dos Serviços de Água e Esgoto da Capital Paulista, realizada na terça-feira (25/06). O plano de trabalho será detalhado nos próximos 30 dias.

O projeto definirá como serão aplicados os recursos, cronograma de investimentos, as obras e serviços necessários para a recuperação da infraestrutura do parque. Caberá à Sabesp realizar a transferência dos valores em etapas, sendo que a primeira parcela, de 40%, será repassada dentro dos próximos 30 dias. As demais serão repassadas ao longo do cronograma de obras previsto no contrato.

O parque

O Parque Linear da Integração Zilda Arns tem 7,5 km de extensão e foi inaugurado em 18 de janeiro de 2010. Dispõe atualmente de bicicletário, pista para pedestres, ciclovia, equipamentos esportivos e de lazer, como quadras poliesportivas, canchas de bocha e malha, mesas para jogos (xadrez e dama), playground, pista de skate e arenas para eventos. No terreno, que pertence à Sabesp, estão aterradas as tubulações da adutora Rio Claro, que abastece 1,4 milhão de pessoas e possui 77 km de extensão.

O nome do parque presta homenagem a Zilda Arns (1934-2010), coordenadora internacional da Pastoral da Criança e fundadora e coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa. As duas organizações estão ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Zilda, irmã de Dom Paulo Evaristo Arns, faleceu em 12 de janeiro de 2010, durante terremoto que assolou a cidade de Porto Príncipe, no Haiti, quando cumpria agenda de palestras.

CRAS e CREAS contam com postos de atendimento da Central de Intermediação em Libras

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) recebeu Postos de Atendimento da Central de Intermediação em Libras (CIL) em várias unidades dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

A CIL, administrada pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), é um serviço de intermediação Português/Libras, por meio de vídeo chamada, que permite a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e servidores públicos. Com a instalação do sistema, os equipamentos municipais poderão atender o público surdo e com deficiência auditiva com interpretação em tempo real.

"O objetivo da CIL é promover a autonomia das pessoas com deficiência auditiva", explica o secretário municipal da Pessoa com Deficiência, Cid Torquato.

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) funciona como porta de entrada para a rede socioassistencial, e funciona como uma unidade básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A unidade é responsável por executar os serviços, programas e projetos sociais desenvolvidos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. O objetivo do equipamento é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco nos territórios por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários além da ampliação e garantia do acesso aos direitos de cidadania.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) oferece serviços a famílias e indivíduos nas diversas situações de violação de direitos. Como unidade de referência, tem o intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção especial e para isso conta com o apoio do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos.

Central de Intermediação em Libras nos serviços de Assistência Social - Em 2017, o IBGE fez uma revisão no Censo de 2010, e foi constatado que em São Paulo há mais de 120 mil pessoas surdas. Para prestar atendimento a todas estas pessoas, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) oferece um serviço de mediação na comunicação, presente hoje em diversos equipamentos públicos, entre eles destacam-se 29 instalações do CIL nos CRAS e CREAS. Estas instalações funcionam de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 17h. Confira abaixo a lista dos locais e acesse o link no site da Prefeitura de São Paulo para conhecer todos os locais que já contam com o serviço.

Maio registra abertura de 32,1 mil novas vagas de emprego no país

A criação de empregos com carteira assinada teve saldo positivo em maio, com a criação de 32.140 vagas, informa o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na quinta-feira (27) pelo Ministério da Economia. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões. O saldo positivo em maio foi resultado de 1.347.304 admissões contra 1.315.164 desligamentos ocorridos no período.

É o terceiro ano seguido em que o mês de maio apresenta saldo positivo, apesar de uma ligeira queda no volume total de novas vagas na comparação com o mesmo mês nos anos de 2017 (34,2 mil) e 2018 (33,6 mil).

Para o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, o resultado do mês está em sintonia com o desempenho da economia, mas ainda abaixo do desejado.

"A geração de emprego está em linha com o que a economia vem demonstrando, da mesma forma que, nos últimos anos, o crescimento não foi tão grande quanto se gostaria", afirma Dalcolmo. Apesar de a criação de empregos ter diminuído no mês passado, na comparação com anos anteriores, Dalcolmo não vê tendência de queda. "Não há tendência nem de subida, nem de descida [na geração de empregos]. Significa uma economia que está um pouco em compasso de espera, a ser definido por outros pontos importantes como a reforma da Previdência."

No acumulado do ano, foram criados mais 351.063 postos de trabalho, o que elevou para 38,761 milhões o estoque de empregos formais no país. É o maior estoque desde 2016, quando o Caged registrou 38,783 milhões de empregados com carteira assinada.

Destaques

O crescimento do número de vagas em maio foi impulsionado pela agropecuária, setor que registrou, sozinho, a abertura de 37.373 empregos. O cultivo do café e da laranja responde pela maior parte das contratações, cerca de 33 mil. Também aparecem com destaque atividades de apoio à agricultura e a criação de bonivos.

"Esse resultado se explica também, como nos outros anos, pelo bom desempenho de café e laranja. São empregos que têm importância sazonal nesse mês, especialmente em Minas Gerais e em São Paulo", explica o subsecretário de Políticas Públicas e Relações de Trabalho do Ministério da Economia, Matheus Stivali.

Na construção civil, foram abertos 8.459 empregos, principalmente em obras de construção de rodovias e ferrovias, projetos para geração e distribuição de energia elétrica e instalações elétricas. Em seguida, aparece o setor de serviços, com saldo positivo de 2.533 novas vagas, destaque para serviços médicos e odontológicos, ensino, comercialização e administração de imóveis e instituições de crédito e seguros. Administração pública (1.004) e extração mineral (627) também registraram resultado positivo.

No comércio, tanto varejista quanto atacadista, porém, houve mais demissões do que contratações, com o fechamento de 11.305 postos de trabalho. Em seguida, aparece a indústria de transformação, que fechou 6.136 empregos. Segundo Stivali, o resultado no comércio explica -se pelo fechamento de duas grandes empresas de terceirização em São Paulo, que demitiram um grande número de empregados.

O salário médio de admissão no mês de maio foi de R$ 1.586,17, e o salário médio de quem foi demitido, de R$ 1.745,34 no mesmo período.

Regiões

No recorte geográfico, quatro das cinco regiões do país tiveram saldo positivo na geração de empregos, com destaque para o Sudeste, que respondeu por 29.4 mil empregos, seguido por Centro-Oeste (6.148), Norte (4.110) e Nordeste (3.319). A exceção foi a Região Sul, que terminou o mês com o fechamento de 10.935 vagas formais de emprego. (Agencia Brasil)

BC reduz projeção de crescimento da economia este ano para 0,8%

O Banco Central (BC) reduziu a projeção para o crescimento da economia este ano. A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – passou de 2% para 0,8%. A projeção consta do Relatório de Inflação, publicação trimestral do BC, divulgado na quinta-feira (27).

Entre os fatores para a redução da projeção, o BC cita o crescimento menor do que o esperado no primeiro trimestre deste ano, o que reduziu o "carregamento estatístico [herança do que ocorreu no período anterior] para o restante do ano". Outros fatores para a redução são a ausência de sinais nítidos de recuperação nos primeiros indicadores econômicos para o segundo trimestre e o "recuo dos indicadores de confiança de empresas e consumidores, com impactos sobre as perspectivas de consumo e investimento".

Além disso, o BC destaca que a perspectiva de crescimento em 0,8% está "condicionada ao cenário de continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira e incorpora expectativa de recuperação da atividade em ritmo crescente ao longo do restante do ano".

Setores

De acordo com o BC, a produção da agropecuária deverá crescer 1,1% no ano, permanecendo praticamente estável ante estimativa de elevação de 1% prevista em março. Esse aumento da projeção para a agropecuária contrasta com reduções nas previsões de crescimento para os demais setores.

A projeção para o desempenho da indústria foi reduzida de 1,8% para 0,2%. A estimativa da variação do produto da indústria de transformação passou de 1,8% para -0,3%. A previsão para a indústria extrativa recuou de 3,2% para 1,5% em razão das incertezas sobre os impactos do rompimento da barragem de mineração em Brumadinho (MG).

O prognóstico para a construção civil passou de crescimento de 0,6% para recuo de 1,0%, mas, em sentido oposto, a previsão de crescimento para distribuição de eletricidade, gás e água passou de 2,3% para 2,8%, devido à expectativa de redução na participação de usinas térmicas neste ano e de cenário favorável de chuvas.

O BC estima crescimento de 1% para o setor terciário (comércio e serviços) em 2019, com reduções nas estimativas para o desempenho da maioria das atividades. Em março, a previsão era 2%.

Também houve recuo na projeção para o consumo das famílias, de 2,2% para 1,4%, "compatível com a expectativa de recuperação mais gradual da massa salarial". A estimativa para a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – investimentos – recuou de 4,3% para 2,9%, enquanto a projeção para o consumo do governo deverá crescer 0,3%, ante projeção de crescimento de 0,6% em março, "consistente com expectativa de piora na arrecadação tributária em cenário de crescimento econômico menor".

As exportações e as importações de bens e serviços devem variar, na ordem, 1,5% e 3,8% em 2019, ante projeções respectivas de 3,9% e 5,6% do Relatório de Inflação de março. "O recuo na projeção para as exportações reflete reduções adicionais em prognósticos para o crescimento mundial, incertezas sobre a exportação de minério de ferro e aprofundamento da crise na Argentina, importante destino de bens industrializados", diz o BC.

A diminuição na estimativa para as importações decorre de redução nas projeções de crescimento da indústria de transformação e da FBCF, "com consequente decréscimo nas aquisições de insumos e de máquinas e equipamentos, bem como da redução na projeção para o consumo das famílias".

Inflação

No cenário com taxa de juros (Selic) e câmbio da pesquisa com instituições financeiras (Focus), a inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve encerrar 2019 em 3,6%. Em março, a projeção era 3,9%. O BC também projeta que a inflação deve chegar a 3,9% em 2020 e 2021. Em março, essas estimativas eram de 3,8% para 2020 e 3,9% para 2021.

Para fazer as projeções atuais, o BC considerou a taxa câmbio em R$ 3,80, em 2019 e 2020, e R$ 3,85, em 2021. Para a taxa Selic, a previsão do mercado é que termine 2019 em 5,75% ao ano, em 6,50% ao ano no fim de 2020, e em 7,50% ao ano, em 2021.

No cenário com Selic e dólar constantes, em 6,5% ao ano e R$ 3,85, respectivamente, o BC estima para este ano 3,6% de inflação. Nessa trajetória, a inflação sobe para 3,7% em 2020 e para 3,9% em 2021. Nesse cenário, a previsão divulgada em março era um pouco maior, de 4,1% em 2019 e 2021 e de 4% em 2020. (Agencia Brasil)

Índice usado nos contratos de aluguel acumula inflação de 6,51%

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), usado no reajuste dos contratos de aluguel, registrou inflação de 0,80% em junho deste ano, percentual superior ao apurado em maio (0,45%). De acordo com a Fundação Getulio Vargas (FGV), com o resultado o IGP-M acumula taxas de 4,38% no ano e de 6,51% em 12 meses.

A alta da taxa foi puxada pelos preços no atacado e na construção civil. A inflação do Índice de Preços ao Produtor Amplo, que mede o atacado, passou de 0,54% em maio para 1,16% em junho.

O Índice Nacional de Custo da Construção subiu de 0,09% em maio para 0,44% em junho.

O Índice de Preços ao Consumidor, que mede o varejo, registrou deflação (queda de preços) de 0,07% em junho. Em maio, o subíndice havia registrado inflação de 0,35%. (Agencia Brasil)

Crédito concedido pelos bancos deve crescer 6,5% este ano

O saldo do crédito concedido pelos bancos deve crescer 6,5% este ano. A estimativa do Banco Central (BC) é menor do que a divulgada em março, de 7,2%. A nova projeção conta do Relatório de Inflação, publicação trimestral do Banco Central (BC), divulgado na quinta-feira (27).

Em 2018, o saldo do crédito cresceu 5,1%, após contração de 0,5% registrada em 2017. De acordo com dados do BC, este ano, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos já acumula alta de 0,9%.

Para o BC, o saldo do crédito para as pessoas físicas deve crescer 9,7%, mesma projeção do relatório de março. "Essas projeções estão em linha com a manutenção de níveis confortáveis de inadimplência e de comprometimento de renda das famílias com serviços financeiros e consideram continuidade do crescimento das principais modalidades de crédito livre (veículos, crédito pessoal e cartão de crédito) em patamares próximos aos atuais", diz o relatório.

Para as empresas, o BC revisou o crescimento do crédito de 4,1% para 2,5%, devido à evolução modesta do crédito nesse segmento no segundo trimestre do ano. "O desempenho do mercado de crédito a pessoas jurídicas reflete o menor dinamismo da atividade econômica", diz o BC.

Para o crédito livre (em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e para definir as taxas de juros), a projeção de expansão é 11,6%, com aumentos de 13% e 10% para os saldos de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas, respectivamente.

A expectativa para o crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural e de infraestrutura) é 0,4% em 2019, com aumento de 6% para as pessoas físicas e redução de 7% para as empresas.

O BC destaca que as projeções são sustentadas pelas operações com recursos livres, "enquanto as operações com recursos direcionados devem continuar impactadas pelo fraco desempenho entre as pessoas jurídicas". "Esse cenário é compatível com a continuidade do processo de queda na participação dos bancos públicos no total do saldo das operações de crédito", diz o relatório. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Empresas brasileiras de inovação buscam negócios no Canadá

Dezoito empresas brasileiras que exploram atividades inovadoras no mercado, também conhecidas como companhias startup (expressão em língua inglesa que define um negócio como inovador e rentável) estão participando, em Toronto, Canadá, de uma maratona de apresentações para bancos de investimentos, universidades e grupos empresariais. O programa, denominado StartOut Brasil, tem como objetivo atrair investimentos e parcerias para empresas brasileiras que tenham desenvolvido programas tecnológicos que visam facilitar a vida de comunidades ou dar soluções para problemas da vida moderna.

Desde que o evento foi iniciado, em 23 de junho, as empresas selecionadas para participar do StartOut Brasil do Canadá compareceram a mais de 120 reuniões de negócios em Toronto e se conectaram com 30 instituições, entre elas o Laboratório de Inovação da Johnson&Jonhson, o MaRs Discovery District, o Science Discovery Zone, da Universidade de Ryerson, e a Toronto Stock Exchange (Bolsa de Valores de Toronto). O término das apresentações está previsto para esta sexta-feira (28).

"O objetivo da missão é que os empreendedores entendam melhor o funcionamento do mercado, a cultura de negócios, as teses dos investidores locais, os diferentes tipos de financiamento existentes no mercado local e como acessar esses recursos; conhecer as várias possibilidades de instalação no país, no caso de realmente virem a fazer negócios aqui, além de fazerem uma imersão no ecossistema de inovação do país, que tem se destacado no cenário mundial", explica a coordenadora de Internacionalização da Apex-Brasil, Paula Gomes.

O StartOut Brasil é um programa da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil, em parceria com os ministério das Relações Exteriores e da Economia, Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. e Sebrae. Em eventos anteriores, o programa já passou por Buenos Aires, Paris, Berlim, Miami, Lisboa e Santiago. De acordo com a Apex, mais de 60% das empresas que participam do StartOut Brasil fazem algum tipo negócio ou parceria.

Negócios

Em Toronto, as 18 startups participaram de uma competição de pitch (apresentação para investidores). As três vencedoras foram: Portal Telemedicina (melhor apresentação), Key2Enable (melhor inovação) e Rio Analytics (melhor aderência ao mercado local). As startups brasileiras que participam do evento canadense têm como destaque o desenvolvimento de soluções na área de inteligência artificial, saúde, serviços financeiros e tecnologia de agrociçtira e produção de alimentos

A Key2Enable está abrindo uma unidade no Chile, fruto da participação no último ciclo do StartOut, que ocorreu em Santiago. A empresa existe desde 2009 e tem também uma subsidiária nos Estados Unidos, aberta no ano passado. O carro-chefe da startup é um teclado que possui 11 botões grandes e coloridos, espaçados e sensíveis ao toque. O acionamento de dois desses botões em sequência equivale a uma das teclas do teclado convencional, possibilitando pessoas com deficiências intelectuais e motoras se comuniquem com mais eficiência, sem esbarrar nas demais teclas. Para aqueles que só dispõem do movimento dos olhos, a comunicação é viabilizada por meio da conexão do teclado a um detector de piscadelas, em que um sensor é instalado na haste de qualquer óculos. Os produtos são comercializados para pessoas físicas na modalidade de assinatura.

Outra empresa presente no evento de Toronto, a Filho sem Fila, que já tem negócios nos Estados Unidos e Canadá, desenvolveu um aplicativo que avisa os alunos (e os professores) quando os pais estão chegando para buscar os filhos. Com isso, os alunos são levados (se ainda pequenos) até a porta da escola para serem retirados pelos pais (ou responsáveis). Na área de saúde, o programa StartOut Brasil de Toronto apresentou a empresa MSC Med, que desenvolveu um programa para atender pacientes com sintomas de bexiga hiperativa (pessoas que sentem frequentemente vontade de ir ao banheiro), e que sentem frequentemente problemas de saúde decorrente da ingestão oral de medicamentos. A empresa criou uma solução tecnológica que permite que o medicamento seja introduzido diretamente da bexiga do paciente, evitando assim os enjoos que ocorrem em paciente com esse tipo de doença.

Toronto

Toronto, cidade escolhida para sediar a StartOut Brasil deste ano, fica na região de Kitchener-Waterloo, em Ontário, no Canadá. Essa região tem o segundo maior número de startups per capita no mundo; e 7 das 10 maiores empresas de tecnologia do mundo fazem pesquisa e desenvolvimento em Ontário. (Agencia Brasil)

Itália não permite entrada de navio com migrantes na ilha de Lampedusa

A Comissão Europeia (UE) pediu que a Itália encontre uma solução para os migrantes a bordo do Sea Watch 3. O navio humanitário entrou em águas territoriais italianas, mas o país não está disposto a permitir o desembarque dos 42 migrantes a bordo.

Bruxelas garante que está trabalhando na possível recolocação das pessoas em outros Estados-membros da UE, no caso de a Itália permitir o desembarque.

O ministro italiano do Interior parece, no entanto, irredutível e promete punir a tripulação.

O navio forçou a entrada em águas italianas e foi parado pelas autoridades próximo ao porto de Lampedusa. O governo italiano acusou a organização não governamental de violar a lei e de pôr os migrantes em perigo. (Agencia Brasil)

Previdência: governo quer dar resposta sobre estados até segunda

Na quinta-feira (27), o ministro da Economia, Paulo Guedes, esteve na casa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para buscar um avanço na acomodação dos estados na reforma da Previdência. O encontro ocorreu no dia seguinte à visita de governadores do Nordeste no Congresso. Ao final, ambos concordaram sobre a importância de incluir os estados, para a reforma ser a mais abrangente possível.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), também esteve no encontro e afirmou que a equipe econômica do governo vai trabalhar nos próximos dias para apresentar uma proposta que agrade os governadores. "Esperamos que até segunda-feira (1°/7) se possa ter um entendimento com os governadores, que se permita a vinda deles a Brasília na terça-feira (2) para poder haver uma manifestação pública da construção de um entendimento".

Durante as conversas com os parlamentares na quarta-feira (26), os governadores afirmaram que a reforma como está não resolve o problema de caixa dos estados. Eles reivindicaram a aprovação de projetos que aumentem os recursos dos estados. Guedes se mostrou sensível a esse tema. "Me ressenti também do problema de estados e municípios, que estão lutando juntos. É importante para as finanças deles. Em vez de usar os recursos do pré-sal e do pacto federativo para o crescimento, vão usar para pagar contas. Gostaríamos de incluí-los [na reforma] também".

Pré-sal

Bezerra explicou que o esforço será para dar andamento à aprovação do projeto sobre a partilha do dinheiro arrecadado com a cessão onerosa aos estados. A cessão onerosa representa a quantia que a Petrobras tem de pagar à União para poder explorar o petróleo da camada pré-sal. Originalmente, o governo calculava haver 5 bilhões de barris na camada, mas a Agência Nacional do Petróleo (ANP) confirmou a existência de pelo menos 6 bilhões de barris adicionais, cujo direito de exploração precisa ser pago à União. O projeto da cessão onerosa está parado no Senado desde o fim do ano passado.

Apesar de evitar vincular o esforço pelo aumento de receitas por um apoio a favor da reforma, Alcolumbre repetiu o que já tinha dito ontem: os governadores precisam se envolver na articulação pela reforma da Previdência, buscando apoio nos estados e votos entre suas bancadas no Congresso. "O Brasil precisa que seja uma reforma para [todo] o Brasil, mas os governadores precisam se envolver".

Governo, Alcolumbre e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, tentam vencer a resistência de parlamentares a incluir estados e municípios no texto. A avaliação de muitos líderes partidários é de que colocar estados e municípios na reforma e, consequentemente, regras mais duras para servidores desses entes da federação traria um desgaste muito grande junto às suas bases eleitorais. (Agencia Brasil)

STF valida limitação de 30% para compensar prejuízos fiscais

Por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a lei que determinou limite de 30% para compensação de prejuízos fiscais das empresas no pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O caso é popularmente conhecido como "Trava dos 30%".

Por 6 votos a 3, o ministros rejeitaram recurso de uma empresa que pretendia eliminar o limite permitido de compensação dos créditos. Antes de chegar ao Supremo, limitação prevista na lei foi referendada pela Justiça Federal.

Na votação, prevaleceu o voto do ministro Alexandre de Moraes. Segundo o ministro, as empresas não têm direito adquirido à compensação integral. No entendimento do ministro, a limitação é um incentivo ao empreendedorismo para manutenção de emprego e renda das empresas.

"Em países de sistema de livre concorrência, não há obrigatoriedade da previsão de compensação de prejuízos. Não há uma cláusula pétrea para garantia de sobrevivência de empresas ineficientes", afirmou Moraes.

O voto foi acompanhado pelos ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Dias Toffoli, presidente da Corte. Marco Aurélio, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski divergiram e entenderam que a limitação é inconstitucional. (Agencia Brasil)

Paulo Guedes diz que vai liberar mais de R$ 100 bi em compulsórios

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na quinta-feira (27) que o Banco Central (BC) deve seguir reduzindo a alíquota de recolhimento de depósitos compulsórios em mais de R$ 100 bilhões. A medida deve ampliar o acesso ao crédito no país.

"Estamos fazendo a desestatização do mercado de crédito, despedalando os bancos públicos. Na quarta-feira (26) já houve a liberação de mais de R$ 20 bilhões de recolhimento compulsório, para ampliar o crédito privado, e vem aí mais de R$ 100 bilhões de liberação de compulsório mais à frente", anunciou o ministro após se reunir com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em Brasília.

Na quarta-feira (26), o BC decidiu reduzir a alíquota do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo em dois pontos percentuais, de 33% para 31%. A alteração, que terá efeito a partir do mês que vem, vai destravar R$ 16,1 bilhões. O compulsório é a parcela dos depósitos que os bancos são obrigados a manter em uma conta no Banco Central, e representa uma das ferramentas da autoridade monetária para regular a quantidade de dinheiro em circulação na economia. Por meio do compulsório, o BC garante que os juros das instituições financeiras estejam alinhados com a taxa Selic, juros básicos da economia. Ao reduzir a alíquota, a autoridade monetária libera mais recursos para serem emprestados.

Em nota, o BC destacou que a redução estrutural dos compulsórios é uma das ações da agenda do banco, mas não estipulou prazos nem os valores que serão flexibilizados.

"A redução estrutural dos compulsórios é uma das ações da Agenda BC#, parte do pilar de eficiência de mercado. O aprimoramento dos atuais instrumentos de assistência financeira de liquidez, também previsto na Agenda BC#, nos permitirão trabalhar com um nível de compulsórios mais baixo no futuro", disse o BC.

"A ação ainda está em curso, sem definições de prazos ou montantes. O BC não antecipa decisões ou regulações", acrescenta a nota. (Agencia Brasil)

Operação prende suspeitos de golpe em aposentados e pensionistas

Dezesseis pessoas foram presas na quinta-feira (27) suspeitas de fazer parte de um grupo criminoso que praticava golpes em aposentados e pensionistas. No total, 14 prisões ocorreram em São Paulo, uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia. A Operação Honora foi feita em conjunto com os Ministérios Públicos de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia.

"A expressão em latim que significa respeito, e é isso que tentamos resgatar nos idosos que foram lesados", disse o promotor Walter de Oliveira Santos, do Rio de Janeiro.

Dos 33 mandados de prisão decretados pela Justiça, um se refere ao pai do líder da organização, que deve cumprir prisão domiciliar por ter idade avançada. Responsável por gerir as 14 associações criminosas que aplicavam o golpe, o líder teve a prisão decretada, mas ainda não foi localizado. Todos vão responder pelos crimes de lavagem de dinheiro, estelionato e organização criminosa, disse o promotor.

Estelionato

Segundo o Ministério Público do Rio de Janeiro, os criminosos foram denunciados pela prática de estelionato com a falsa promessa de revisão judicial de benefícios dos aposentados e pensionistas, junto à Previdência Social. A organização atuava pelo menos desde 2013.

As vítimas eram lesadas após se filiarem a associações que prometiam intermediar a revisão de seus benefícios. Os idosos recebiam correspondência informando sobre suposta decisão do Supremo Tribunal Federal que determinava reajustes de até 28,5% no valor do benefício. "Quando chegavam à sede das associações, eram informados de que receberiam indenizações por verbas retroativas", disse o delegado Cláudio Vieira de Campos, da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Depois de se filiarem, as associações ainda cobravam anuidades, com base em uma cláusula de renovação automática do acordo. "Além de enganar esse grupo vulnerável, no momento em que eles eram afiliadas, depois ainda cobravam pela renovação automática dessa avença que era absolutamente ilegal e escamoteada", disse o promotor.

Os valores pagos variavam entre R$ 1.050 a R$ 3 mil, divididos em parcelas.

"Tinha até papel timbrado. Os atendentes informavam ao idoso que recebia R$ 1 mil, por exemplo, passaria a receber R$ 1,8 mil. E mais um atrasado de R$ 30 mil." Pelo menos 120 idosos foram vítimas do golpe da organização.

De acordo com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), o grupo movimentou cerca de R$ 190 milhões em ações consideradas atípicas e suspeitas. Durante a operação, foram apreendidas armas e documentos, além de cerca de R$ 300 mil.

A lavagem de dinheiro ocorria para dissimular a origem criminosa dos recursos obtidos com os golpes. Para isso, eram usadas empresas de fachada. "Quando a pessoa ia pagar a anuidade com o cartão de crédito, o boleto não saia com o nome da associação e, sim, no nome das empresas de fachada."

Na denúncia, o Ministério Público pede, além das condenações dos criminosos, que as vítimas do golpe sejam ressarcidas. (Agencia Brasil)

MP pede bloqueio de R$ 5,4 bilhões por irregularidades no Rodoanel

O Ministério Público de São Paulo ajuizou uma ação civil pública de improbidade administrativa contra 30 pessoas e três empresas por irregularidades na licitação para construção do trecho leste do Rodoanel, o anel rodoviário de 176 quilômetros de extensão que circunda a região central da Grande São Paulo. A ação pede o bloqueio de bens dos acusados no valor de R$ 5,4 bilhões.

Entre os apontados como responsáveis pelos prejuízos causados pelas falhas na concorrência estão os ex-governadores Geraldo Alckmin e Alberto Goldman, que estavam à frente do Executivo de São Paulo entre 2010 e 2011, período em que, segundo a investigação, ocorreram os fatos.

Segundo o inquérito da promotoria de Patrimônio Público e Social, os órgãos do governo estadual selecionaram uma proposta sem sustentabilidade econômica para a construção do trecho leste e exploração do trecho sul do Rodoanel. No texto da ação, o promotor Marcelo Milani afirma que a concessionária Spmar, vencedora da concorrência, apresentou uma proposta que não permitia a execução do contrato.

Proposta insustentável

A ação chama atenção para o fato de a empresa ter pedido valores de tarifa de pedágio 63% menores do que o teto mínimo estipulado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), destacando ainda que não tinha capacidade financeira para executar a obra.

Com isso, a obra, que deveria ter sido entregue em março de 2014, só teve uma parte concluída em 2015, um ano após o prazo previsto. Segundo o Ministério Público, apesar do Rodoanel estar em uso atualmente, em 2018 ainda não estava completamente concluído.

"Desde a apresentação dos documentos e propostas, a comissão de licitação e o grupo técnico da Artesp teriam elementos suficientes para concluir que faltava solidez ao patrimônio das empresas que compunham o consórcio e que as tarifas ofertadas eram demasiadamente baixas e inexequíveis, ainda mais por se tratar de licitação com outorga, circunstâncias que, em regra, impacta financeiramente no projeto, acabando por resultar em tarifas mais altas", afirma o texto da ação.

A promotoria destaca ainda que a Spmar e as suas sócias no empreendimento, a Contern e a Cibe Investimentos estão em recuperação judicial.

O Ministério Público também pede responsabilização pelos agentes públicos responsáveis pela condução do processo de licitação e assinatura dos contratos. Na avaliação da promotoria, havia indícios suficientes da falta de sustentabilidade da proposta vencedora da licitação para que o consórcio vencedor fosse desclassificado.

A ação traz também como evidência o fato da Spmar ter pago, em 2011, R$ 6 milhões a empresa Legend, que, segundo a promotoria, é uma empresa de fachada usada pelo doleiro Adir Assad. O MP de São Paulo diz, no entanto, que não teve acesso à delação premiada de Assad feita à 13ª Federal Criminal de Curitiba.

Outro lado

A Spmar contestou a argumentação do Ministério Público. Por meio de nota, a concessionária afirma ter cumprido o contrato a partir da proposta oferecida na licitação.

"A Spam venceu licitação pública em 2010, para construção do trecho Leste e gestão dos trechos Sul e Leste do Rodoanel Mário Covas, com uma proposta que contemplou um deságio de 63% na tarifa de pedágio.

A operação do trecho Leste teve início em julho de 2014, com 86% das obras concluídas, e a conclusão plena se deu em junho de 2015.

" A Spmar, como sempre, se encontra à disposição das autoridades para qualquer esclarecimento que se faça necessário", diz o comunicado da empresa. (Agencia Brasil)

Vale sabia que tragédia exigiria evacuar refeitório em até 1 minuto

A Vale tinha conhecimento de que uma eventual ruptura da Barragem de Brumadinho (MG) lhe daria até um minuto para evacuar instalações administrativas e o refeitório da Mina Córrego do Feijão. É o que assegura Sérgio Pinheiro Freitas, funcionário da Walm Engenharia Tecnologia Ambiental, que prestou serviços para a mineradora. Ele foi ouvido na quinta-feira (27) na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

A Walm Engenharia elaborou o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), documento obrigatório para qualquer barragem. Ele deve mostrar, entre outras informações, qual seria a mancha de inundação no caso de um rompimento e qual seria a velocidade de deslocamento dos rejeitos.

O plano não avalia risco de rompimento e nem estabilidade da barragem. Ele diz respeito ao que ocorreria após uma ruptura. Deve apontar também rotas de fuga e diretrizes de atuação para mitigação de danos. No caso da estrutura de Brumadinho, a Vale sabia, a partir desse documento, que o refeitório e outras instalações usadas por trabalhadores estavam em um local que seria rapidamente atingido em uma eventual tragédia.

Mais de 200 pessoas morreram na tragédia de Brumadinho, que completou cinco meses nesta semana. Diversas vítimas eram empregados da mineradora e de empresas prestadoras de serviço. A ruptura ocorreu em horário de almoço, às 12h28 do dia 25 de janeiro. Corpos foram encontrados soterrados no local onde funcionava o refeitório. As sirenes não funcionaram e sequer houve alerta sonoro para que as pessoas pudessem tentar se salvar.

De acordo com Sérgio Pinheiro Freitas, a partir dos cálculos apresentados no PAEBM, a mineradora se torna responsável por realizar os simulados e por avaliar se o tempo estimado é plausível para efetuar a evacuação. Também cabe a ela adotar as providências que fossem consideradas importantes. "Um minuto é um tempo extremamente curto. Mas eu não tenho informação do resultado dos simulados para saber se esse tempo seria suficiente ou não", disse o funcionário da Walm Engenharia.

Refeitório

A **Agência Brasil** questionou a Vale sobre o porquê de o refeitório não ter sido transferido para outro local. A mineradora respondeu, em nota, que a evacuação da área próxima à barragem teria ocorrido se o rompimento não tivesse se dado de forma abrupta. Segundo a Vale, sem sinais prévios, o acionamento do protocolo ficou impossibilitado.

"O PAEBM considera que, a partir da elevação do nível de risco de uma estrutura, a Zona de Autossalvamento seja evacuada, com acionamento das sirenes. Os planos consideram três níveis de risco, sendo o último deles (Nível 3) o risco iminente ou o rompimento da barragem. Entende-se que, antes de um rompimento, haverá sinais e, portanto, tempo para elevação do nível de alerta e remoção com segurança de todas as pessoas", disse a mineradora.

CPI

Esta foi a 12ª audiência da CPI. Também depôs Lucas Samuel Santos Brasil, ex-funcionário da Vale que atuou como fiscal do contrato com a Walm Engenharia.

Na segunda-feira (24), foram ouvidos outros dois trabalhadores acerca da ocorrência de detonações planejadas no dia da tragédia. Houve divergência se as explosões foram realizadas pela Vale antes ou depois da ruptura. A Polícia Civil investiga se essas detonações funcionaram como gatilho para o rompimento da barragem. (Agencia Brasil)

Pesquisa mostra que 32% consideram governo Bolsonaro ótimo ou bom

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada na quinta-feira (27), indica que 32% dos entrevistados consideram o governo Jair Bolsonaro ótimo ou bom. O mesmo percentual, 32%, avaliou a administração atual como regular e outros 32% definiram a condução do Executivo como ruim ou péssima. Do total, 3% disseram não saber ou não responderam.

O levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi realizado entre 20 e 25 deste mês, ouvindo 2 mil pessoas em 126 cidades do país.

Os números de aprovação são menores do que os registrados no último levantamento, divulgado em abril deste ano. Naquela sondagem, o governo Bolsonaro foi considerado ótimo ou bom por 35% dos entrevistados. Segundo a pesquisa, 31% avaliaram a gestão como regular e 27% como ruim ou péssima. Da amostra, 7% não responderam.

Segundo os autores da pesquisa, a queda de popularidade do governo foi maior entre pessoas com escolaridade até a 4ª série, de menor renda, residentes nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e entre mulheres.

Forma de governar

A maneira de governar de Bolsonaro foi aprovada por 46% dos entrevistados e reprovada por 48% dos participantes da consulta. Na pesquisa de abril, 51% aprovaram a forma de governar do presidente e 40% desaprovaram.

O levantamento também mediu a confiança das pessoas no chefe do Executivo: 51% responderam não confiar no presidente, enquanto 46% mostraram confiança. No tocante às perspectivas para o restante do mandato, 39% responderam que deve ser ótimo ou bom; 27%, que deve ser regular e 29% acham que deve ser ruim ou péssimo.

Na pesquisa anterior, a confiança no mandatário ficou em 51%, enquanto 45% responderam não confiar nele. Na análise das expectativas sobre o restante do mandato naquela consulta, 45% manifestaram uma projeção ótima ou boa, 25% regular e 23% ruim ou péssima.

Avaliação por áreas

As áreas mais bem avaliadas na gestão atual foram segurança pública (54%), meio ambiente (46%), combate à inflação (45%) e combate à fome e pobreza (43%). Já as mais reprovadas foram taxa de juros (59%), impostos (61%), saúde (56%) e combate ao desemprego (54%). (Agencia Brasil)

Agropecuária Nova Europa S.A.

CNPJ nº 55.925.275/0001-28

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de março de 2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

Balanços patrimoniais - Ativo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	1
Contas a receber de clientes	10	21.964	16.261
Impostos a recuperar	9	526	2
Ativo fiscal corrente		2	2
Outras contas a receber		2	3
Total do ativo circulante		22.500	16.268
Depósitos judiciais		33	32
Imobilizado	11	137.506	137.529
Total do ativo não circulante		137.539	137.561
Total do ativo		160.039	153.829

Balanços patrimoniais - Passivo	Nota	2019	2018
Fornecedores	14	2	13
Impostos e contribuições a recolher	12	11	24
Passivo fiscal corrente	16	5	13
Salários e férias a pagar		19	16
Dividendos a distribuir	7	-	2.730
Outras contas a pagar		37	2.796
Dividendos a distribuir	7	4.212	-
Passivo fiscal diferido	16	44.163	44.168
Total do passivo não circulante		48.375	44.168
Patrimônio líquido		111.627	106.865
Capital social	13	9.170	7.014
Reserva de lucros		16.791	14.185
Reservas de reavaliação		81.666	82.666
Ajustes de avaliação patrimonial		3.946	3.946
Total do passivo		48.412	46.964
Total do passivo e patrimônio líquido		160.039	153.829

Demonstrações do resultados	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	14	7.268	6.103
Custos dos produtos vendidos		-	-
Lucro bruto		7.268	6.110
Despesas administrativas e gerais	15	(1.161)	(771)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		524	882
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		6.452	6.221
Receitas financeiras		-	-
Despesas financeiras		(9)	(5)
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquidas		(8)	(4)
Resultado antes dos impostos		6.444	6.217
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(187)	(170)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	5	5
Resultado do exercício		6.246	6.047
Demonstrações de resultados abrangentes		**2019**	**2018**
Resultado do exercício		6.246	6.047
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		**6.246**	**6.047**
Demonstrações do valor adicionado		**2019**	**2018**
Receitas: Vendas de produtos		7.268	6.267
Outras receitas		524	(2)
		7.792	6.265
Insumos adquiridos por terceiros		-	(39)
Outras despesas administrativas		(882)	224
		(882)	224
Valor adicionado bruto		**6.910**	**6.489**
Depreciação, amortização e exaustão		-	-
Depreciação e amortização		(23)	111
		(23)	111
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**6.887**	**6.600**
Valor adicionado recebido em transferência		-	-
Receitas financeiras		1	1
		1	1
Valor adicionado total a distribuir		**6.888**	**6.601**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos: Honorários dos administradores		256	222
Impostos, taxas e contribuições Federais		379	332
Remuneração de capitais de terceiros: Juros		9	-
Remuneração de capitais próprios		-	-
Lucros retidos / Resultado do exercício		6.245	6.047
Valor adicionado distribuído		**6.888**	**6.601**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Reserva de lucros - Lei 11.638/07	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros retidos	Total
Saldos em 1º de abril de 2017	5.075	883	1.678	8.953	81.720	3.946	-	102.255
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGO de 03 de julho de 2017	1.939	-	-	(1.939)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	6.047	6.047
Destinações: Constituição de reserva legal	-	302	-	-	-	-	(302)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(1.697)	(1.437)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.308	-	-	(4.308)	-
Saldos em 31 de março de 2018	7.014	1.185	1.678	11.322	81.720	3.946	-	106.865
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGO de 08 de junho 2018	2.156	-	-	(2.156)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	6.245	6.245
Destinações: Constituição de reserva legal	-	313	-	-	-	-	(313)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(1.483)	(1.483)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.449	-	-	(4.449)	-
Saldos em 31 de março de 2019	9.170	1.498	1.678	13.615	81.720	3.946	-	111.627

Demonstrações do fluxos de caixa - Método indireto	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	6.245	6.047
Ajustes para: Depreciação, exaustão e amortização:		
Depreciação (agrícola e industria)	23	19
Resultado na venda de ativos imobilizados	-	(888)
Imposto de renda e contribuição social correntes	204	175
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	(5)
	6.467	5.348
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(5.703)	(5.074)
Impostos a recuperar	(531)	2
Outras contas a receber	1	-
Depósitos judiciais	(1)	-
Fornecedores	(11)	5
Impostos e contribuições a recolher	(21)	(86)
Salários e férias a pagar	4	14
Outras contas a pagar	(2)	(1)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(204)	(175)
Caixa e equivalentes de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1)	33
Fluxos de caixa proveniente / usado nas atividades de investimentos		
Aquisição do imobilizado	-	(39)
Caixa e equivalente de caixa líquido usado nas atividades de investimentos	-	(39)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(1)	(6)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril	2	8
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	1	2
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(1)	(6)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Agropecuária Nova Europa S.A ("Companhia") tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Ibaquerê s/n, Bairro Rural, na cidade de Nova Europa – SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana-de-açúcar, exclusivamente para a companhia relacionada Usina Santa Fé S.A., mediante instrumento particular de contrato de parceria agrícola e condições de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA). **2. Base de preparação e. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 26/06/2019. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações contábeis estão descritas na nota explicativa nº 5. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício que findou-se em 31/03/2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 16** - Reconhecimento de ativo fiscal diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e **Nota explicativa nº 7** - Definição da vida útil do ativo imobilizado; *(i) Mensuração a valor justo* - Uma série de políticas e divulgações da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	2	2
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	16.261	16.261
			16.263	16.263
Passivos Financeiros				
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	Outros Passivos Financeiros	Custo amortizado	2.743	2.743
			2.743	2.743

(ii) Imparidade de ativos financeiros - O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), exceto não a investimento em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38. A Companhia não identificou impactos relevantes quanto ao *impairment* dos ativos financeiros. **5.1 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes** - Entre as normas que ainda não estão em vigor, destacamos o CPC 06 (R2) não tem um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. **CPC 06 (R2) - Arrendamentos** - O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é válida para períodos sociais com início em ou após 1º/01/2019. A adoção antecipada em IFRS é permitida apenas para entidades que aplicam o IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes e o CPC 06(R2). A Administração avaliou os impactos da nova norma e concluiu não haver quaisquer impactos em suas demonstrações financeiras após o início de sua vigência em 1º/04/2019. **Outras normas** - As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • ICPC 22 Incertezas sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro; • Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2); • Alteração no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33); • Ciclo de melhorias anuais nas normas CPC 2015-2017 - várias normas; e • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos descritos pelo valor justo por meio do resultado. **7. Principais políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. ***a) Instrumentos financeiros*** *(i) Reconhecimento e mensuração inicial* - O contrato a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii) Classificação e mensuração subsequente - Instrumentos financeiros* - Política aplicável a partir de 1º/04/2018 No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas especificas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas especificas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Ao reconhecer inicialmente um investimento em um instrumento patrimonial que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, de forma irrevogável, se apresentar subsequentemente ao valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um desrespeito contábil que de outra forma surgiria. *Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º/04/2018* A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração foca em receber fluxos de caixa de ativos de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração do passivo relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aquelas riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • Frequência, do volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º/04/2018* - Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se ele contém uma cláusula contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém uma cláusula contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modificariam o valor ou a época dos fluxos de caixa • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Termos que limitem a Companhia quanto a montantes de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º/04/ 2018

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas de impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente um custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Instrumentos financeiros - Política aplicável antes de 1º/04/2018 - **Reconhecimento e mensuração inicial** - A Companhia classificou ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento** - A Companhia reconheceu os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconheceu um ativo financeiro ao tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii) Classificação e mensuração subsequente - Instrumentos financeiros* - Política aplicável a partir de 1º/04/2018 No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja

	Saldo em 31/03/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2019
Terras	137.302	-	-	-	137.302	-	-	-	137.302
Móveis e Utensílios	26	-	-	-	26	-	-	-	26
Veículos e implementos rodoviários	721	-	-	-	721	-	-	-	721
Máquinas e implementos agrícolas	722	-	-	-	761	-	-	-	761
Obras em andamento	-	39	-	(39)	-	-	-	-	-
Outros	16	-	-	-	16	-	-	-	16
	138.737	39	-	-	138.776	-	-	-	138.776

b. Movimentação da depreciação	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Reclassificação	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Reclassificação	Saldo em 31/03/2019
Móveis e Utensílios	(21)	-	8	-	(5)	(18)	-	-	(18)
Veículos e implementos rodoviários	(1.238)	(18)	203	-	504	(549)	(17)	-	(66)
Máquinas e implementos agrícolas	(850)	1	671	-	(499)	(679)	(6)	-	(685)
Outros	(1)	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
	(2.114)	(19)	886	-	(1.247)	(23)	-	-	(1.270)
Valor líquido contábil	**136.623**				**137.529**				**137.506**

Garantia - Em 31/03/2019, parcela substancial dos bens estão garantindo operações de financiamentos captados pela parte relacionada Usina Santa Fé S.A. junto às instituições financeiras.

	Valor do grupo	Total de garantias	Percentual
Terras	137.302	137.302	100%

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa - Durante os exercícios encerrados em 31/03/2019 e 2018 a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

12. Impostos e contribuições a recolher	2019	2018
IRRF	3	3
PIS – Funrural	8	20
Outros	1	1
Total	11	24

13. Patrimônio líquido: a. Capital social - Em 31/03/2019 o capital social é de R$ 9.170 (R$ 7.014 em 31/03/2018), e está representado por 3.055.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 31/03/2018). Em 08/06/2018 houve o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 2.156 através de reserva de lucros, sem emissão de novas ações, subscritas e integralizadas. **b. Reservas - Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de reavaliação** - Constituída basicamente em decorrência da reavaliação de terras. Em atendimento à prática contábil de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia registrou o imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes da reavaliação sobre ativos não depreciáveis (terras) no montante de R$ 42.098. A reserva de reavaliação será realizada na proporção da alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contraparte de lucros acumulados. **Reserva especial de lucros** - Constituída em razão do saldo remanescente do lucro após distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, é destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital elaborado pela Assembleia Geral Ordinária por ocasião da demonstrações financeiras anuais.

Em 31/03/2019 e 2018, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre os seguintes valores-base:

	Saldo em março de 2017	Reconhecidos no resultado	Saldo em março de 2018	Reconhecidos no resultado	Saldo em março de 2019
Passivo circulante				2019	
IRPJ e CSLL a pagar	34	-	13	-	5
Passivo não circulante					
Imobilizado – Reavaliação	(42.098)	-	(42.098)	-	(42.098)
Imobilizado – Custo atribuído	(2.033)	-	(2.033)	-	(2.033)
Imobilizado – Depreciação Econômica	(43)	5	(37)	5	(32)
Líquido	(44.174)	5	(44.168)	5	(44.163)

17. Instrumentos financeiros: a. Classificação contábil e valores justos - A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia de valor justo.

	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
2019							
Ativos							
Aplicações financeiras	5	1	-	1	-	1	-
Contas a receber de clientes	10	-	21.964	21.964	-	-	-
		1	21.964	21.965	-	1	-
Passivos							
Fornecedores	14	-	2	2	-	-	-
		-	2	2	-	-	-
	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
2018							
Ativos							
Aplicações financeiras	5	2	-	2	-	2	-
Contas a receber de clientes	7	-	16.261	16.261	-	-	-
		2	16.261	16.263	-	2	-
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar	7	-	13	13	-	-	-
Total		-	13	13	-	-	-

b. Determinação do valor justo - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa*** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial correspondem aos seus valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. ***Contas a receber e outros recebíveis e outras contas*** - O seu valor justo é determinado pelo valor presente de fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação. **c. Gerenciamento de risco financeiro** - *Visão geral* - Os principais riscos nos quais a Companhia está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo. A Agropecuária Nova Europa S.A., pelo fato de possuir substancialmente terras em seu ativo e essas terras serem objeto de instrumento particular de contrato de parceria agrícola e preços e condições de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA), ou seja, a Companhia não exerce atividade produtiva. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia. A Companhia possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Risco de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. ***Estrutura de gerenciamento de risco*** - *Risco de crédito* - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos da parceria agrícola de produção de cana-de-açúcar. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio de parceria agrícola é centralizado no relacionamento formalizado com partes relacionadas. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito é:

(continua)

(continuação)
demonstrações financeiras foi:

	Nota	2019	2018
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2	2
Contas a receber de clientes	10	21.964	16.261
		21.966	**16.263**

Perdas por redução no valor recuperável - Na data de 31/03/2019 a Companhia não tem registrado saldo de provisão para perdas duvidosas referente a recebíveis. *Risco de liquidez* - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo que possível, que sempre tenha liquidez suficiente para honrar suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade de recursos com o crescimento da sua geração de receita através da parceria agrícola. A seguir, estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo montantes de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

	2019	
	Valor contábil	Até 12 meses
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa		1
Contas a receber de clientes	21.964	21.964
Total	**21.965**	**21.965**
Passivos		
Fornecedores	2	2
Total	**2**	**2**

	2018	
	Valor contábil	Até 12 meses
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa		2
Contas a receber de clientes	16.261	16.261
Total	**16.263**	**16.263**
Passivos		
Fornecedores e outras contas a pagar	13	13
Total	**13**	**13**

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. *Risco operacional* - Risco operacional é o risco de perdas decorrentes de processos internos inadequados ou falhos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo os decorrentes de eventos econômicos, políticos e sociais, que possam afetar a capacidade da Companhia de operar de forma eficiente e eficaz. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional de forma financeiramente viável, que possibilite aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados acima não sejam comprometidas. Para isso, a Companhia conta com a escolha certa capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros (dívidas), buscando a melhor relação custo/benefício, que proporcione o risco de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia mantém permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **18. Demonstrações do valor adicionado - DVA:** A Companhia está apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09. Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia no produto interno Bruto por meio da geração de riqueza e sua distribuição. O valor adicionado tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, remuneração de capitais, aos provedores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos à Companhia.

Composição da Administração
Roberto Malzoni Filho
Maria Malzoni Romanach
Eduardo Ferro Malzoni
Anita Ferraz Malzoni
Fernando Luiz Barbosa Oliveira
Diretores

Tadeu Donizete de Oliveira Machado
Contador - CRC nº 1SP323544/O-5

Imobiliária São João S/A

CNPJ nº 48.709.983/0001-29
Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 30 de abril de 2019.

Balanço Patrimonial em 30 de abril de 2019 e 2018 *(Em reais)*

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		**18.265**	-
Impostos a recuperar	7	18.265	-
Passivo			
Circulante		-	**379.511**
IR e CS a recolher		-	8
Parcelamento de impostos		-	379.511
Não circulante		-	**447.629**
Outras contas a pagar	9	447.629	309.352
Patrimônio líquido	10	**(429.372)**	**(808.871)**
Capital social		52.000	52.000
Reserva de lucro		-	1
Prejuízos acumulados		(481.373)	(740.872)
Total do Ativo		**18.265**	**18.265**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado em 30 de abril de 2019 e 2018 *(Em reais)*

	Nota	2019	2018
Despesas administrativas e gerais	11	(8.983)	(9.173)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(8.983)**	**(9.173)**
Receitas financeiras	12	357.778	238.016
Despesas financeiras	12	(50)	(110.829)
Financeiras líquidas	12	**357.726**	**127.187**
Resultado antes dos impostos		**348.743**	**118.014**
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente		(129.244)	-
Lucro líquido do exercício		**259.499**	**118.014**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultados Abrangentes em 30 de abril de 2019 e 2018 *(Em reais)*

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**259.499**	**118.014**
Resultado abrangente do exercício	259.499	118.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxos de Caixa - Método Indireto em 30 de abril de 2019 e 2018 *(Em reais)*

	Nota	2019	2018
Fluxo caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**259.499**	**118.014**
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos			
Impostos a recuperar	7	(18.265)	21
Aumento (o (diminuição) dos passivos			
Outras contas a pagar	9	138.277	48.061
Impostos e contribuições a recolher		(379.511)	(166.096)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa			
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de Maio		2	2
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de abril		2	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em reais)*

1. Contexto operacional: A Imobiliária São João S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com escritório a Fazenda São João S/N, Zona Rural em Aparas - SP, tem por objeto social serviço de administração, locação, arrendamento, loteamento e incorporação de bens imóveis. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. No período de doze meses findo em 30 de abril de 2019 a Companhia apresenta passivos circulantes que excedem os passivos circulantes em R$ 18.257 (os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 379.519 em 30 de abril de 2018). **2. Base de preparação: Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC:** As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 25 de junho de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras da Companhia em que o CPC 47, e o CPC 48 foram aplicados. Mudanças nas políticas contábeis significativas estão descritas na nota explicativa **4. 3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **4. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 31 de maio de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, a adoção das novas normas não afetou as demonstrações financeiras da Companhia. Devido ao método de transição escolhido pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram representadas, pois, tais requerimentos das novas normas não causaram impactos quantitativos às demonstrações financeiras da Companhia. A possibilidade dos efeitos da aplicação inicial dessas normas seria abrupta principalmente ao: • reconhecimento antecipado de receita de contratos com direito de devolução; • um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros. **4.1. CPC 47 - Receita de contrato com cliente:** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento. A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de maio de 2018. Consequentemente, a informação apresentada em 30 de abril de 2019 não foi representada, isto é, está apresentada, conforme reportada anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa. A administração da Companhia avaliou uma avaliação não cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, por tipo de receita e não identificou nenhum valor anteriormente reconhecido como receitas auferidas que deveriam ser reclassificadas ou ajustadas, portanto, não teve nenhum impacto nas Demonstrações financeiras de exercícios anteriores. **4.2. CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros. Conforme o reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado, a custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e seus fluxos de caixa contratuais. *Impairment de Ativos financeiros:* O CPC 48 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados, tais como, custo amortizado e aos mensurados a VJORA De acordo com o CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e outros recebíveis. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia não identificou impactos quanto ao *impairment* dos ativos financeiros, portanto, não houve alterações no reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável. **5. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessa demonstração financeira individual. **5.1. Instrumentos financeiros:** *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:* Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), acrescido, pelo, para um item não mensurado ao VRJ os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR). *(ii) Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • A mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas especificas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • A mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto por receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas especificas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são mensurados ao VJR. Um investimento em instrumento patrimonial e derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda a requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um desajuste contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros: *Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas a administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Elas incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relevantes, ou outras questões especificas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gestores do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e as suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para fins de avaliação de fluxos de caixa não são avaliadas para o desenvolvimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação são gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma compensação pelo valor do dinheiro no tempo pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modificariam o valor ou a época dos fluxos de caixa futuros; • Termos que possam alguns de um contratual, incluindo taxas variáveis; • Pagamentos e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa oriundos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos 80 principal e juros caso o valor do pré-pagamento representa em essencia, os saldos principais em aberto e os juros devidos por o valor do principal pendente - que pode incluir uma compensação razoável pelo encerramento antecipado do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência do pagamento por um valor que representa o valor nominal do contrato mais os juros contratuais acumulados (que pode também incluir adicional razoável pelo encerramento antecipado do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratados como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de maio de 2018:* A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: • empréstimos e recebíveis; • ativos financeiros mantidos até o vencimento; • ativos financeiros mantidos para negociação; • ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro desta categoria como: - ativos financeiros mantidos para negociação; - instrumentos derivativos de hedge; ou - ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de maio de 2018: Ativos financeiros a VJR:** Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Empréstimos e recebíveis:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Ativos financeiros mantidos para venda:** Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados na patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado. *Passivo financeiro - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. *Desreconhecimento:* Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais de fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo financeiro sob um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferiram nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle do ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa de passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida em outros resultados abrangentes. *Impairment de ativos financeiros:* O CPC 48 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados, tais como, custo amortizado e aos mensurados a VJORA De acordo com o CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e outros recebíveis. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia não identificou impactos quanto ao *impairment* dos ativos financeiros, portanto, não houve alterações no reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável. **5. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessa demonstração financeira individual. **5.1. Instrumentos financeiros:** *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:* Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), acrescido, pelo, para um item não mensurado ao VRJ os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado ao custo amortizado. *(ii) Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • A mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas especificas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • A mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto por receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas especificas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são mensurados ao VJR. Um investimento em instrumento patrimonial e derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda a requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um desajuste contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros: *Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas a administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Elas incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relevantes, ou outras questões especificas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gestores do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e as suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para fins de avaliação de fluxos de caixa não são avaliadas para o desenvolvimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação são gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma compensação pelo valor do dinheiro no tempo pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modificariam o valor ou a época dos fluxos de caixa futuros; • Termos que possam alguns de um contratual, incluindo taxas variáveis; • Pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa oriundos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos 80 principal e juros caso o valor do pré-pagamento representa em essencia, os saldos principais em aberto e os juros devidos por o valor do principal pendente - que pode incluir uma compensação razoável pelo encerramento antecipado do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência do pagamento por um valor que representa o valor nominal do contrato mais os juros contratuais acumulados (que pode também incluir adicional razoável pelo encerramento antecipado do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratados como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de maio de 2018:* A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: • empréstimos e recebíveis; • ativos financeiros mantidos até o vencimento; • ativos financeiros mantidos para negociação; • ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro desta categoria como: - ativos financeiros mantidos para negociação; - instrumentos derivativos de hedge; ou - ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de maio de 2018: Ativos financeiros a VJR:** Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Empréstimos e recebíveis:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Ativos financeiros mantidos para venda:** Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados na patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado. *Passivo financeiro - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. *Desreconhecimento:* Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais de fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo financeiro sob um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferiram nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle do ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa de passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida em outros resultados abrangentes. **(i) Impostos correntes:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro, e também qualquer ajuste fiscal de exercícios anteriores. Os impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente sobre o passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos. *(ii) Imposto diferido:* O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos a renda e contribuição social diferido estejam disponíveis para os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de cada balanço e são reduzidos na extensão em que a realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos. **6. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas e alterações de normas e interpretações entram em vigor para exercícios iniciados em 1º de abril de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As novas normas e interpretações não tendo impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. • CPC 22 "Interfaces entre Tratamentos de Tributos Diferentes". • Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 e CPC 36).

	2019	2018
7. Impostos a recuperar		
Antecipação de IRPJ e CSLL (PERT) a recuperar	18.265	-
8. Parcelamento de impostos: Em 30 de agosto de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Lei 13.496 de 2017, referente as seguintes tributos: Contribuição Previdenciária - Pessoa Jurídica (PRINCIPAL) no valor de R$ 186.598, e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (PRINCIPAL) no valor de R$ 181.005, já atualizados anteriormente pela Lei 11.941 de 2009, a adesão ao "PERT" do referido tributo foi pela opção de pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em cinco parcelas mensais e sucessivas totalizando o valor de R$ 20.768, valores estes já pagos, restando a liquidação de 95% do débito com a utilização de créditos de prejuízo fiscal do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que foi efetuado no momento da consolidação do "PERT" junto a Receita Federal do Brasil - RFB, e estão liquidando integralmente o saldo devedor. Segue a apresentação dos referidos saldos:	2019	2018
PGD	-	10.302
PGFN	-	10.902
PGP	-	14.628
CSLL	-	317.220
	-	712.868
(-) Descontos obtidos	-	(295.710)
(-) Antecipações	-	(12.000)
(-) Juros	-	271.917
(-) Pagamentos Parcelas	-	(303.371)
	-	(379.511)
Parcelas a amortizar a curto prazo	-	(379.511)
Parcelas a amortizar não circulante	-	447.629
9. Outras contas a pagar		
Contas correntes - controladoras	447.629	309.352
10. Patrimônio líquido: 10.1. Capital social: O Capital Social está representado por 52.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (exercício em 2018). **10.2. Reserva legal:** É constituída a partir de 5% do lucro líquido apurado em cada período social até o limite de 20% do capital social. **10.3. Dividendos:** De acordo com o estatuto social, a Companhia deve distribuir o dividendo obrigatório mínimo de 8% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.	2019	2018
11. Administrativas e gerais		
Anúncios e publicações	(8.955)	(9.152)
Impostos e taxas	(28)	(21)
	(8.983)	**(9.173)**
	2019	**2018**
12. Financeiras líquidas		
Receitas financeiras		
Reversão crédito de liquidação de tributos (PERT)	397.776	-
Juros e multas tributárias	-	110.829
	397.776	**110.829**
Despesas financeiras		
Juros e multas tributárias	(50)	(238.016)
Financeiras líquidas	**397.726**

FALECIMENTO

Em conformidade à Lei nº 8.501/92 e item 96.3 das Normas de Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, comunica-se a quem possa interessar, que um cadáver, até a presente data não reclamado, grupo étnico branco, medindo 1,70 m de comprimento, 62 anos, tido como **SEBASTIÃO JOSE DA SILVA**, com as respectivas vestes, está sob a guarda da **FACULDADE SANTA MARCELINA - CURSO DE MEDICINA** - para eventual reconhecimento. O falecimento ocorreu no Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, na Capital de São Paulo, à R. Dr. Cesário Mota Júnior, 112, Vila Buarque, em 11/06/2019. Informações na Faculdade com o responsável, Sr. Thiago Ranzani da Costa, de 2ª a 6ª feiras, no telefone nº (11) 2217-0110 c 9105. A lavratura do assento do óbito será realizada no Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 7º Subdistrito - Consolação - da Comarca da Capital de São Paulo. **Declaração de Óbito: 2884703-2.**

Confibra Holding S/A.
CNPJ (MF) 11.423.768/0001-94 - NIRE 35300373588
Ata da Assembleia Geral Ordinária

Data/Hora/Local: 26/04/2019, às 10:00 horas, à Rua Papa João Paulo II, 4, Galpão 3, Hortolândia/SP. **Convocação e Quorum:** Independentemente de convocação ou observância de prazo, estando presente a totalidade dos acionistas, a assembleia foi considerada regular em conformidade com o artigo 124, § 4º e 133, § 4º da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Alberto Martins Neto; Secretária: Vera Helena Penteado de Queiroz Martins Zabala. **Deliberações:** "Ficam provados, por unanimidade" **(i)** o Balanço Patrimonial e Demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, publicados nos jornais "DOESP" e O Dia SP" em 25/04/2019; **(ii)** a destinação do Lucro Líquido de 2018, da seguinte forma: R$ 475.066,85 para a conta de Reserva Legal; R$ 902.627,02 para a distribuição como dividendo mínimo obrigatório, a ser pago até o final do ano de 2019. O saldo remanescente do lucro líquido de 2018 deverá ser transferido para a conta de Lucros Retidos; **(iii)** fixada a remuneração global anual máxima dos administradores em R$ 500.000,00 fixando a critério do Conselho de Administração a distribuição desta verba com observância dos critérios e qualificações estabelecidos no artigo 152 da Lei 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais. Sem mais, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, que lida, conferida e aprovada, vai assinada pelos senhores acionistas presentes. **Mesa:** Presidente - Alberto Martins Neto; Secretária: Vera Helena Penteado de Queiroz Martins Zabala. **Acionistas:** Zamora Participações Eireli - Alberto Martins Neto; Dalana Participações Eireli - José David Martins Junior; Maqui Participações Eireli - Maria Stella Martins Neto; Vera Helena Penteado de Queiroz Martins Zabala; Fit Participações Eireli - Vera Helena Penteado de Queiroz Martins Zabala. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Hortolândia, 26/04/2019. **JUCESP nº** 268.576/19 e 3.000.000.000

Indaiatuba recebe a Mitsubishi Cup com novas trilhas e pilotos renomados

Rali cross-country de velocidade terá a presença de Ingo Hoffmann e Paulão Gomes e homenagem ao navegador tetracampeão Marcos Panstein; serão três provas em alta velocidade em meio à cana de açúcar e diversos tipos de terrenos

Este sábado (29) será de muita velocidade em Indaiatuba, interior de São Paulo, na terceira etapa da Mitsubishi Cup. O rali cross-country de velocidade recebe pilotos de várias partes do Brasil e terá a participação de duas lendas das pistas: Ingo Hoffmann e Paulão Gomes.

Confira como é a Mitsubishi Cup: https://youtu.be/REhAQUweRjo

"Este é um ano muito especial para a Mitsubishi Cup em comemoração a seus 20 anos. A cada etapa, estamos trazendo convidados especiais, além de homenagear nomes importantes que fazem parte da história da competição. E essa será uma das etapas que ficará na memória", garante Guiga Spinelli, diretor da Spinelli Racing.

A prova será disputada em um circuito inédito e com características bem diferentes das duas primeiras do ano – Mogi Guaçu e Ribeirão Preto. Serão 35 quilômetros de forma contínua, com largada e chegada próximas ao lounge da competição.

"Teremos uma etapa mais ao estilo Cross-country, ou seja, será bem mais exigente para as duplas. A cana de açúcar está baixa, então a visibilidade é muito boa", garante Guiga Spinelli.

Foto/Tom Papp

Serão *três provas ao longo do dia*

Ingo e Paulão

Dois dos maiores campeões da Stock Car e referência no automobilismo nacional estarão presentes na prova de Indaiatuba. Ingo Hoffmann e Paulão Gomes voltam às pistas a bordo do ASX RS, que tem 194 cavalos de potência e 27kgf.m de torque.

"Vai ser uma experiência bacana. O fato de eu não estar pilotando há algum tempo faz com que eu não tenha o ritmo que eu gostaria de ter. Vou lá para fazer o melhor que eu puder e, ao mesmo tempo, tentar me divertir. Não vai ser fácil, vou ter que mudar a chavinha na minha cabeça. Sou muito competitivo. Mas a ideia é curtir ao máximo", comenta Ingo.

"Fiquei muito feliz em receber o esse convite da Mitsubishi. Vai ser muito legal estar lá junto com o Ingo. E espero não fazer feio", destaca Paulo.

Homenageado da etapa

Em comemoração aos 20 anos da Mitsubishi Cup, a cada etapa figuras importantes que fazem parte da história da competição são homenageadas e convidadas a disputar a prova.

A etapa de Indaiatuba irá receber Marcos Panstein, tetracampeão da Mitsubishi Cup como navegador. Ele irá disputar a prova com Gustavo Gugelmin, filho de Sergio Gugelmin, com quem conquistou dois títulos e que correu a temporada de 2011. Hoje, Gustavo também se dedica à navegação, mas aceitou o convite para voltar a pilotar nessa etapa. Como navegador do piloto Reinaldo Varela, foi campeão do Rally Dakar na categoria UTV.

Na primeira do ano, o homenageado foi o piloto Edu Piano, primeiro campeão da competição. Já em Ribeirão Preto, foi a vez de Marcelo Mendes, único tricampeão consecutivo, e ainda em três categorias diferentes.

A Mitsubishi Cup é disputada em seis categorias - L200 Triton Sport R, L200 Triton ER, L200 Triton ER Master, ASX RS, ASX RS Master e a novíssima L200 Triton Sport RS -, com carros preparados para encarar as mais difíceis situações.

Os veículos são produzidos pela Mitsubishi Motors, única montadora na América Latina que tem uma linha de produção de veículos de corrida, e estão disponíveis para venda para os pilotos e equipes com condições especiais. Para mais informações, entre em contato pelo e-mail: yh@spinelliracing.com.br.

A Mitsubishi Cup tem patrocínio de Lubrax, W.Truffi, Axalta, Transzero, Pirelli, JBL, Unirios, Salomon e Artfix.

Andressa de Morais quebra o recorde sul-americano do disco

Paraibana venceu prova em Leiria, em Portugal, com 65,34 m; ela participa de um dos Campings Internacionais de Treinamento e Competição da CBAt e do COB, que fazem parte do Programa de Preparação Olímpica 2019-2020

Foto/Divulgação

Fernanda *Borges*

A brasileira Andressa Oliveira de Morais (Pinheiros) quebrou o recorde sul-americano do lançamento do disco ao vencer a prova no Meeting Internacional de Leiria, em Portugal, com a marca de 65,34 m, na quarta-feira. A arremessadora superou o seu próprio recorde continental, de 65,10 m, alcançado no dia 8 de julho do ano passado, durante o GP Brasil Caixa de Atletismo, em Bragança Paulista (SP).

A marca da paraibana, de 28 anos, é a sexta melhor no Ranking Mundial da IAAF de 2019. "Estou muito feliz e o resultado mostra que os treinos estão no caminho certo. Agradeço muito a todos que me levam para a frente", comemorou a atleta. A gaúcha Fernanda Borges (IEMA-SP) ficou em segundo lugar na prova portuguesa, com 60,07 m.

Já na prova do lançamento do dardo, a vitória foi da também brasileira Laia Ferrer (Pinheiros), com 57,13 m.

As atletas participam de um dos Campings Internacionais de Treinamento e Competição do Programa de Preparação Olímpica 2019-2020, iniciativa da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) e do Comitê Olímpico do Brasil (COB). Todos os campings são custeados com recursos exclusivamente da Lei Agnelo Piva, disponibilizados pelo COB.

Andressa de Morais e Fernanda Borges, por exemplo, estão baseadas no Centro de Treinamento de Jamor, em Lisboa, desde domingo. A coordenação geral é de Carlos Alberto Cavalheiro (COB) e o apoio do coordenador Fernando dos Reis (CBAt). Depois o pessoal se muda para Madri, na Espanha.

O grupo tem os treinadores José Haroldo Loureiro Gomes, o Arataca, Felipe de Siqueira da Silva, Carlos José Camilo de Oliveira, Katsuhiko Nakaya, Victor Fernandes, Evandro Lazari, Neilton Moura e Tânia Moura. Acompanham a delegação os fisioterapeutas Matheus Kowalski e Anderson Elói de Oliveira e o massoterapeuta Everton Luiz Ribeiro.

Entre os atletas estão, no feminino, Vitória Cristina Rosa – 100 m, Geisa Coutinho – 400 m e Eliane Martins – distância, as três do Pinheiros-SP, além de Andressa e Fernanda.

No masculino, estão Paulo André de Oliveira (Pinheiros-SP) – 100 m, Aldemir Gomes Junior (Pinheiros-SP) – 200 m, Eduardo Rodrigues de Deus (Orcampi Unimed-SP) – 110 m c/barreiras, Marcio Teles (Orcampi Unimed-SP) – 400 m c/barreiras, Alison Brendom dos Santos (Pinheiros-SP) – 400 m c/barreiras, Paulo Sergio Oliveira (IEMA/São Bernardo-SP) – distância, Alexsandro do Nascimento de Melo (Orcampi Unimed-SP) – triplo, Almir Cunha dos Santos (Sogipa-RS) – triplo, e Caio de Almeida Teixeira (Centro Olímpico-SP) – 400 m c/barreiras.

Já Laila Ferrer está treinando em León, na Espanha, no Camping Internacional de Treinamento do Arremesso e Lançamento, que começou dia 27 de maio e segue até 3 de agosto. O treinador é o especialista cubano Justo Navarro. Estão no grupo também os arremessadores Geisa Arcanjo e Darlan Romani (Pinheiros-SP).

Na terça-feira (2/7), o carioca Gabriel Constantino e o técnico Renan Valdieiro embarcam para Spala, na Polônia, para o início do Camping Internacional de Treinamento e Competição de 110 m com barreiras que prossegue até o dia 22 de julho.

Já no dia 7, a carioca Viviane Santana Lyra (FECAM-PR) segue para Paipa, na Colômbia, para Camping Internacional de Treinamento de Marcha Atlética.

Em Paipa, também, está sendo realizado o Camping Internacional de Treinamento do Meio-Fundo e Fundo, desde o dia 19 de junho, com a participação de July Ferreira da Silva (IPEC-PR) – 1.500 m, Tatiane Raquel da Silva (IPEC-PR) – 3.000 m com obstáculos, Ederson Vilela Pereira (Pinheiros-SP) – 5.000 m e as maratonistas, também do Pinheiros-SP, Valdilene dos Santos Silva, Andreia Aparecida Hessel.

A Caixa é a patrocinadora do atletismo brasileiro.

Liga das Nações

Brasil enfrenta a França nesta sexta-feira, em Brasília

Primeiro jogo da quinta etapa será às 20h, no ginásio Nilson Nelson, com transmissão ao vivo doo SporTV 2

Foto/ William Lucas

Seleção *brasileira*

Líder da Liga das Nações 2019 após as quatro primeiras etapas concluídas, a seleção brasileira masculina de vôlei comanda a tabela de classificação com 30 pontos conquistados em 11 vitórias de 12 jogos disputados. Nesta sexta-feira (28), a equipe comandada pelo técnico Renan enfrentará a França, terceira colocada, às 20h, no ginásio Nilson Nelson, em Brasília (DF). A partida terá transmissão ao vivo do SporTV 2.

Os resultados positivos foram conquistados, na primeira semana, em Katowice, na Polônia, sobre Estados Unidos, Austrália e Polônia; na segunda, em Tóquio, no Japão, bateu Irã, Japão e Argentina, e em Portugal, sofreu seu primeiro resultado negativo, para a Sérvia, e venceu a China e Portugal. Em Cuiabá, o Brasil venceu a Bulgária, a Alemanha e a Rússia.

Nome presente em todas as partidas, o líbero Thales destaca a importância de ter o grupo completo em praticamente todos os momentos da Liga das Nações.

"O time está jogando muito bem, perdemos apenas um jogo, que, na minha opinião, não podia, mas sabemos que faz parte. Estamos em primeiro na classificação e está sendo extremamente importante ter o time completo, se conhecendo bem ao longo de toda a fase classificatória. No meu caso, por exemplo, é muito importante conhecer bem o Leal, que está chegando agora. Isso é fundamental para o nosso jogo", disse o líbero.

Satisfeito com o desempenho do Brasil até agora, o técnico Renan está entusiasmado com a chance de fazer a segunda semana seguinte em casa e com o apoio da torcida.

"Estamos em um momento bastante importante da competição. Estamos na quinta e última semana da fase de classificação, espero que Brasília traga bons fluídos para a seleção brasileira. O nível do voleibol mundial é de um equilíbrio imenso, e temos seis ou sete seleções com condições de vencer uma competição internacional. Então uma dose extra de sorte pode ser importante", afirmou Renan.

Os ingressos para os três jogos deste fim de semana seguem à venda no site www.tudus.com.br ou na Central de Ingressos do Brasília Shopping.

A seleção brasileira conta, na etapa de Brasília, com os levantadores Bruninho e Fernando Cachopa; os opostos Alan e Rafael Araújo; os centrais Lucão, Maurício Souza, Isac e Flávio; os ponteiros Lucarelli, Leal, Douglas e Maurício Borges, e os líberos Thales e Maique.

Bia Haddad Maia fura quali de Wimbledon e disputa pela segunda vez o Grand Slam

Nesta quinta, a tenista número 1 do Brasil venceu a sérvia Olga Danilovic em 2 sets a 0 e se garantiu na chave principal de Wimbledon

A tenista Beatriz Haddad Maia (Eurofarma/ SantoDigital/ Generali/ Booking.com/ BV/ Joma/ Head/ Solinco/ CBT/ IMG) vai disputar pela segunda vez na carreira a chave principal de Wimbledon.

Nesta quinta-feira, Bia bateu a sérvia Olga Danilovic em dois 2 sets a 0, duplo 6/4, em 1h25min, pela terceira e última rodada do qualifying.

"Foi o quali do controle emocional. Três jogos duríssimos, as meninas sacando muito bem... Comecei abaixo em todos os jogos e o principal foi a minha mente. Estive firme em todos os momentos, ponto a ponto, independente de quanto estava o jogo", afirmou a tenista número 1 do Brasil e 121 do mundo.

"Estou muito contente de estar de volta à chave de Wimbledon, depois de ter tido que me retirar no ano passado por conta de uma cirurgia. Estou muito orgulhosa e feliz de tudo que eu e minha equipe estamos passando", completou Bia.

A primeira participação da brasileira em Wimbledon foi em 2017, quando ela também conquistou sua primeira vitória em Grand Slam – contra a britânica Laura Robson.

Usina Santa Fé S.A.

CNPJ nº 45.281.813/0001-35

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de março de 2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

Balanços patrimoniais - Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		261.416	211.669
Caixa e equivalentes de caixa	8	43.743	21.813
Contas a receber de clientes	9	7.390	4.269
Estoques	10	20.958	21.226
Ativos biológicos	11	80.223	59.890
Adiantamentos a fornecedores	12	46.654	40.105
Impostos a recuperar	14	33.191	44.078
Ativo fiscal corrente	15	7.224	6.073
Instrumentos financeiros derivativos	27	6.779	6.174
Outras contas a receber		15.254	8.041
Não circulante		610.438	276.745
Adiantamentos a fornecedores	12	3.057	9.003
Depósitos judiciais	16	17.320	17.376
Impostos a recuperar	14	21.537	4.616
Ativo fiscal diferido	15	33.232	19.542
Outros créditos		4.096	4.096
Total do realizável a longo prazo		86.362	58.633
Investimentos		662	662
Propriedades para investimento		1.632	1.632
Imobilizado	17	520.540	508.320
Intangível		1.398	1.538
Total do Ativo		872.010	782.454

Balanços patrimoniais - Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		307.305	290.206
Empréstimos e financiamentos	19	173.609	163.392
Fornecedores	18	81.527	82.941
Impostos e contribuições a recolher	21	19.315	19.175
Salários e férias a pagar		16.953	19.179
Adiantamentos de clientes		8.427	2.242
Outras contas a pagar		1.635	3.016
Instrumentos financeiros derivativos	27	5.839	261
Não circulante		542.519	445.548
Empréstimos e financiamentos	19	476.825	384.061
Provisões	18	15	2.993
Impostos e contribuições a recolher	21	27.247	18.541
Empréstimos - Mútuos	13	20.154	19.737
Provisões para contingências	22	18.278	20.216
Patrimônio líquido	23	22.186	46.700
Capital social		96.592	96.592
Reserva de lucros		6.333	6.333
Reservas de reavaliação		4.174	5.115
Ajustes de avaliação patrimonial		(59.689)	(37.444)
Prejuízos acumulados		(25.224)	(23.896)
Total do passivo		849.824	735.754
Total do passivo e patrimônio líquido		872.010	782.454

Demonstrações do resultados	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	24	540.461	570.599
Custos dos produtos vendidos	25	(447.037)	(398.710)
Valor justo de ativo biológico	11	4.637	(2.185)
Lucro bruto		97.961	121.704
Despesas de vendas	25.b	(18.884)	(23.274)
Despesas administrativas e gerais	25.b	(39.493)	(39.324)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	26	(10.461)	(16.278)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		60.083	75.484
Receitas financeiras	27	13.305	1.339
Despesas financeiras	28	(74.075)	(84.694)
Variação cambial líquida	29	(5.606)	(2.821)
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquidas		(66.376)	(69.966)
Resultado antes dos impostos		(6.293)	5.518
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	-	(4.518)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	2.840	(314)
Resultado do exercício		(3.453)	1.000
Demonstrações dos resultados abrangentes		2019	2018
Resultado do exercício		(3.453)	1.000
Outros resultados abrangentes - Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Variação cambial não realizada - hedge accounting		(21.061)	(3.931)
Resultado abrangente total		(24.514)	(2.961)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de Lucros Reserva legal	Reserva de lucros - Lei 11.638/07	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de abril de 2017	96.592	627	5.706	5.645	(21.952)	(27.503)	49.315
Realização de reserva de reavaliação				(950)		950	
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27					(1.587)	1.587	
Ganhos (Perdas) líquidos de hedge de fluxo de caixa							
Hedge accounting sobre empréstimos					(1.042)	-	(1.042)
Hedge accounting sobre NDF - Non Deliverable Forward					(4.914)	-	(4.914)
Efeito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa					2.025	-	2.025
Resultado do exercício						1.070	1.070
Saldos em 31 de março de 2018	96.592	627	5.706	5.115	(37.444)	(23.896)	46.700
Realização de reserva de reavaliação				(941)		941	
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27					(1.184)	1.184	
Ganhos (Perdas) líquidos de hedge de fluxo de caixa							
Hedge accounting sobre empréstimos					(26.879)	-	(26.879)
Hedge accounting sobre NDF - Non Deliverable Forward					(5.032)	-	(5.032)
Efeito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa					10.850	-	10.850
Resultado do exercício						(3.453)	(3.453)
Saldos em 31 de março de 2019	96.592	627	5.706	4.174	(59.689)	(25.224)	22.186

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: Usina Santa Fé S.A. (Usina Santa Fé S.A. ("Companhia") tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaqueré s/nº, Bairro rural, na cidade de Nova Europa - SP, e por objeto social, a produção e industrialização da cana-de-açúcar, e seus derivados industriais, açúcar e etanol, para comercialização no mercado interno e externo. Em safra 2018/19 a Companhia obteve uma moagem de 4,12 milhões de toneladas de cana. Além disso, conquistou indicadores importantes no processo de mecanização de colheita e mecanização do plantio de cana ao longo das últimas safras, cujo índice de mecanização atingiu ram 100% nessa safra e nas anteriores. O mix de produção praticado na safra de 2018/19 foi de 58,61% para produção de etanol e 41,39% para produção de açúcar. É importante destacar que a Companhia tem concentrado esforços no sentido de reduzir seus custos operacionais através da otimização dos processos de colheita, carregamento e transporte, além de outras atividades como o plantio mecanizado e melhorias no processo industrial visando garantir maior qualidade aos seus produtos. Como resultado disso, juntamente com as melhorias nas áreas industrial e agrícola, a Companhia prevê uma moagem de 4,15 milhões de toneladas de cana na Safra 2019/20. Para isso, a Companhia possui controle de parte significa ção de cana-de-açúcar com a empresa relacionada Agropecuária Nova Europa S.A., com acionistas e terceiros que, em conjunto com a cana de fornecedores, sustentam sua produção para os próximos períodos de colheita. **Situação econômico-financeira da Companhia:** A Companhia apresentou em 31/03/2019 excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 45.889 (R$ 78.537 em 31/03/2018), o que demonstra melhora significativa de liquidez corrente, e adicionalmente, apurou prejuízo no exercício no montante de R$ 3.453 (lucro líquido de R$ 1.070 em 31/03/2018), substancialmente ocasionado por variação cambial. A Companhia busca medidas para melhorias, visando a reestruturação dos prazos de vencimentos de curto prazo a fim de garantir o seu equilíbrio financeiro. A Administração da Companhia vem renegociando os saldos de financiamentos, junto aos principais bancos credores cujo endividamento anteriormente classificado no passivo circulante, de forma a readequar seu fluxo de caixa operacional. O planejamento estratégico que a Companhia vem implementando, tem como objetivo a geração de resultados positivos nos próximos exercícios. Dentre as principais ações tomadas destacam-se as seguintes: • Obtenção de linhas de créditos de longo prazo com taxas menores para adequação do capital de giro e redução das despesas financeiras; • Implementação de melhorias contínuas nos processos para redução de custos operacionais. A Administração considera o pressuposto da continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras baseada no plano de negócios aprovado pela administração, na possibilidade de manutenção de créditos por terceiros para a viabilização de recursos de curto e longo prazo na forma de empréstimos e refinanciamentos, e na possibilidade de atingimento do pagamento de fornecimento de insumos adequados. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC e CFC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foram autorizadas pela Companhia em 28/06/2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 5. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/03/2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 15** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • **Nota explicativa nº 11** - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico; • **Nota explicativa nº 7 d** - Definição da vida útil do ativo imobilizado; e • **Nota explicativa nº 22** - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. *(iii) Mensuração a valor justo:* Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de todos os valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isto inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Essa equipe reporta diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação revisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia de valor justo para o qual tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Companhia são classificados como "nível 2". A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que as mudanças ocorrem. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração do valor justo estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 30** - Instrumentos financeiros; e • **Nota explicativa nº 11** - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico. **5. Novas normas e interpretações adotadas:** Foram aprovadas e emitidas pelo CPC, as seguintes novas normas e alterações em vigor e foram adotadas efetivamente a partir de 1º/01/2018 (no caso da Companhia em 1º/04/2018). A adoção de cada nova norma ou alteração estão descritas abaixo: *(iv) CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes:* Essa norma introduz o princípio básico que a Companhia tem direito na operação, considerando eventuais valores pagos para determinar e mensurar os valores a serem reconhecidos em receitas, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A nova norma substitui o CPC 17 - Contratos de Construção e o IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações. As alterações principais em comparação com as práticas anteriores da Companhia, são que a receita efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor. A Administração adotou essa nova norma e não identificou efeito relevante, em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de mercadorias, do período de reconhecimento de receitas e a transferência do controle dos bens não é complexa, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao comprador. *(v) CPC 48 – Instrumentos Financeiros:* O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não-financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. *(vi) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros:* O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias anteriores do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º/04/2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º/04/2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução por perda de crédito esperada.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com a IAS 39 (CPC 38)	Nova classificação de acordo com IFRS 9 (CPC 48)	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	6.510	6.510
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	15.303	15.303
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	4.269	4.269
Outros Créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	16.137	16.137
Instrumentos Financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes	6.174	6.174
			48.393	48.393
Passivos Financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	Outros Passivos Financeiros	Custo amortizado	88.950	88.950
Empréstimos e financiamentos	Outros Passivos Financeiros	Custo amortizado	547.453	547.453
Adiantamentos de clientes	Outros Passivos Financeiros	Custo amortizado	2.242	2.242
Partes relacionadas	Outros Passivos Financeiros	Custo amortizado	19.737	19.737
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes	261	261
			658.643	658.643

(vii) Impairment de ativos financeiros: O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38. A Companhia não identificou impactos relevantes quanto ao impairment dos ativos financeiros. **5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (vigentes após 1.1.2019):** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em 1º/01/2019 em diante (no caso da Companhia). Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. **a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** Em 2016 foi emitida devera ldotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º/04/2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, inclusive já elaborou junto à área de Tecnologia da Informação o sistema de controle de contratos que permitirá o gerenciamento dos contratos de arrendamento em consonância às normativas em questão. Contudo, os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º/04/2019 poderão mudar nas seguintes situações: • Concluído dos estudos e discussões em andamento relacionados aos contratos e outras empresas do segmento, bem como das práticas gerenciais acetáveis do setor; • As novas políticas contábeis Companhia estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece o direito de uso do ativo que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores classificam os arrendamentos como operacionais ou financeiros. O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e IOCPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. *(i) Transição:* A Companhia pretende adotar o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º/04/2019 e optou pela abordagem de efeito cumulativo como metodologia de transição, ou seja, sem a necessidade de reapresentação de informações comparativas. Os cálculos serão baseados no passivo de arrendamento na data de transição. A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição, bem como aplicar o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º/04/2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2) e a IOCPC 03. **b. Outros normas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro; • Investimento em Coligada, em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)); • Ciclo de melhorias anuais nas normas CPC's 2015-2017 – várias normas; e • Alterações em referências a estrutura conceitual nas normas. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e • Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda. **7. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda em câmbial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros:** *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:* O contato a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é inicialmente mensurado ao preço da operação. *(ii) Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º/04/2018:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao valor justo menos de custos de transação, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior a mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e • Os termos contratuais geram, em datas especificas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Está opção é realizada investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companha pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Está opção é realizada investimento por investimento. Todos os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companha pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência de mensuração ou reconhecimento (*Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º/04/2018:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo de um modelo de negócios no nível de um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos para a carteira e a aplicação de tais políticas na prática. Estes incluem a questão de saber se a estratégia da gerência focaliza em obter receitas de juros contratuais, manter um perfil de duração do instrumento financeiro, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. • O modo como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos do naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos para tais vendas e suas expectativas sobre atividades de venda. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º/04/2018:* Para fins desse avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos) e margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atendesse esta condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • Ação de pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º/04/2018:*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)

Ativos financeiros a custo amortizado

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Instruments Financeiros - Política aplicável antes de 1º/04/2018: **Reconhecimento e mensuração inicial:** A Companhia classificou ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconheceu os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a Companhia torna-se parte da transação financeira quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *(iii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou designado como tal no reconhecimento inicial. Os custos de transação são reconhecidos no resultado do exercício. *Empréstimos e recebíveis:* Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. *Caixa e equivalentes de caixa:* Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. O passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, ou designado como tal no período das demonstrações financeiras em que as mudanças ocorrem. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes (VJORA) e reconhecidos no resultado contábeis incluem os dividendos e juros incorridos no exercício. *Empréstimos e recebíveis:* Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. *Caixa e equivalentes de caixa:* Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. O passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *(iv) Desreconhecimento: Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo transferido. Nesses casos, os ativos

(...continuação.)

A Administração entende que a provisão para perdas de crédito esperadas é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável. A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, reversíveis contra a baixa definitiva do título. A Companhia em 31/03/2019 não possuia nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente, de exposição da Companhia a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperáveis relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 30 abaixo.

10. Estoques

	2019	2018
Produtos acabados:		
Açúcar	2.382	976
Etanol	2.705	4.982
	5.087	5.958
Produtos em elaboração:		
Produtos em processo	-	1.082
Almoxarifado	15.871	14.186
Total Estoques	20.958	21.226

11. Ativos biológicos: A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Total
Saldo em 31 de Março de 2017	**54.479**
Aumento de novos tratos	56.128
Diminuição devido à colheita	(48.533)
Mudança no valor justo do ativo biológico	(2.185)
Saldo em 31 de Março de 2018	**59.890**
Aumento de novos tratos	-
	70.727
Diminuição devido à colheita	(55.031)
Mudança no valor justo do ativo biológico	4.637
Saldo em 31 de Março de 2019	**80.223**

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se: • O preço estimando do ATR fosse maior (menor); • A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e • A taxa de desconto fosse menor (maior). As atividades operacionais do cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. **Lavouras de cana-de-açúcar** - As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2019	2018
Área estimada de colheita (hectares)	31.981	30.942
Produtividade média prevista para safra (tons de cana/hectares)	98,29	96,53
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	136,50	131,48
Valor do Kg de ATR	0,62	0,62

A Companhia revisa periodicamente as premissas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso sejam verificadas variações significativas em relação as projetadas anteriormente: ***Riscos regulatórios e ambientais:*** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam a contribuição social diferidos. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que sejam adotadas medidas preventivas e corretivas com o objetivo de: ***Riscos de oferta e demanda:*** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a comercialização de seu mix, ajustando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. ***Riscos climáticos e outras:*** As atividades operacionais do cultivo de cana-de-açúcar estão sujeitas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem programas extensivos com os cursos acionados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

12. Adiantamentos a fornecedores

Circulante:	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores de cana – terceiros	39.508	35.560
Adiantamentos a fornecedores de materiais	6.499	3.451
Adiantamentos de cana – partes relacionadas	647	1.094
	46.654	40.105
Não circulante:		
- Adiantamentos a fornecedores de cana – terceiros	3.057	9.003

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros referem-se aos saldos de adiantamentos efetuados pela Companhia a parceiros para futura entrega de cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até 2022. **13. Partes relacionadas: a. *Operações com pessoal chave:*** O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita tradicionalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características diferentes dos demais empregados. **b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:** Os principais saldos de ativos e passivos 31/03/2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Saldos		Receitas (despesas)	
Ativo circulante	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Adiantamento a fornecedor de cana (nota explicativa nº 12)				
Acionistas, Diretores, Assessores e Gerentes	647	1.094	-	-
	647	1.094	-	-
Passivo circulante				
Compra de cana-de-açúcar (nota explicativa nº 18)				
Acionistas, Diretores, Assessores e Gerentes				
Agropecuária Nova Europa S.A.	Pessoa Jurídica	(16.261)	7.268	6.267
		(16.413)	7.268	6.267
Passivo circulante				
Juros sobre capital próprio				
Acionistas	Pessoa física	(177)	-	-
		(177)	-	-
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas:				
Acionistas	Pessoa física	(20.154)	(19.375)	(2.349)
Outras partes relacionadas	Pessoa física	-	(362)	(41)
		(20.154)	(19.737)	(2.369)

Compra de cana-de-açúcar: O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo). ***Empréstimos - Mútuos - Acionistas e Outras partes relacionadas:*** Os saldos com acionistas e outras partes relacionadas referem-se a contratos de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa de juros de 1% ao mês, com prazo de vencimento em 2030.

14. Impostos a recuperar	2019	2018
COFINS (i)	30.266	29.917
PIS (i)	6.904	7.283
Reintegra	6.584	9.212
ICMS sobre Imobilizado	4.885	4.204
IRRF	1.738	1.523
ICMS	93	283
Outros	4.258	272
	54.728	48.694
Ativo circulante	(33.191)	(44.078)
Ativo não circulante	21.537	4.616

(i) Em março de 2019 a Companhia obteve êxito, com trânsito em julgado, na ação interposta contra a União, onde pleiteava-se a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A referida ação foi iniciada no ano de 2007, tendo seus efeitos retroativos até o ano de 2002. Diante do exposto, a Companhia garantiu o direito de reaver, mediante compensação, os valores já recolhidos, devidamente corrigidos, que representam o montante de R$ 19 milhões (R$ 12 milhões de principal e R$ 7 milhões de atualização monetária). A compensação do crédito deverá ser objeto de homologação via procedimento administrativo perante a Superintendência da Receita Federal do Brasil.

15. Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos: A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos e débitos tributários sobre os seguintes valores-base:

	Saldo em março de 2017	Reconhecidos no resultado	(Ajuste no Patrimônio Líquido)	2018 Saldo em março de 2018	Reconhecidos no resultado	(Ajuste no Patrimônio Líquido)	2019 Saldo em março de 2019
Ativo circulante							
IRPJ e CSLL a compensar	6.040	-	-	6.073	-	-	7.224
Ativo não circulante							
Instrumentos financeiros derivativos	1.339	(25.531)	24.281	89	(62.690)	64.586	1.985
Provisão para contingências e impostos sub judice	6.793	81	-	6.874	(659)	-	6.215
Variação cambial não realizada	6.324	300	-	6.624	1.332	-	7.956
Hedge Accounting	22.614	(152)	303	22.765	3	9.139	31.907
Prejuízos fiscais de imposto de renda	29.951	916	-	30.867	3.337	-	34.204
Base negativa de contribuição social	10.777	329	-	11.106	1.198	-	12.304
	77.798	(24.057)	24.584	78.325	(57.479)	73.725	94.571
	Saldo em março de 2017	Reconhecidos no resultado	(Ajuste no Patrimônio Líquido)	2018 Saldo em março de 2018	Reconhecidos no resultado	(Ajuste no Patrimônio Líquido)	2019 Saldo em março de 2019
Passivo circulante							
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante							
Instrumentos financeiros derivativos	(4.066)	24.526	(22.559)	(2.099)	62.669	(62.875)	(2.305)
Custo transação	(1.152)	(1.751)	-	(2.903)	(1.659)	-	(4.562)
Propriedades para investimentos	(420)	-	-	(420)	1	-	(419)
Imobilizado – Reavaliação	(3.125)	490	-	(2.635)	485	-	(2.150)
Imobilizado – Custo atribuído	(1.659)	809	-	(850)	610	-	(240)
Imobilizado – Depreciação Econômica	(40.665)	(1.818)	-	(42.483)	(1.849)	-	(44.332)
Ativo biológico	(8.878)	1.465	-	(7.393)	62	-	(7.331)
	(59.965)	23.741	(22.559)	(58.783)	60.319	(62.875)	(61.339)
Líquido	17.833	(314)	2.025	19.542	2.840	10.850	33.232

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando da elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do IR e da contribuição social	(6.293)	5.518
Alíquota Fiscal combinada	34%	34%
IR e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	2.140	(1.876)
Diferenças permanentes adições (exclusões):	700	(2.572)
Adições / Exclusões temporárias	-	(4.134)
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.840	(314)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	45%	81%
Alíquota fiscal efetiva	**2019**	**2018**
16. Depósitos judiciais	122	118
Depósitos Recursais Cível	2.478	2.537
Depósitos Recursais trabalhistas	14.063	14.063
INSS - Depósito Judicial	657	657
Depósito Judicial - Serviço Passagem	17.320	17.376

17. Imobilizado:

a. Movimentação do custo	Saldo em 2017	Adições	Baixas	2018 Transferências	Reclassificação	Saldo em 2018	Adições	Baixas	2019 Transferências	Saldo em 2019
Terras	1.196	-	-	-	-	1.196	-	-	-	1.196
Edifícios e Benfeitorias	22.884	-	-	1.647	4.567	29.098	-	-	58	29.126
Móveis e Utensílios	5.390	-	(3)	1.417	60	6.864	- (716)		9	6.157
Veículos e implementos rodoviários	69.949	-	(3.569)	5.206	26	71.612	1 (1.319)		6.842	77.136
Máquinas e implementos agrícolas	111.548	237	(2.014)	7.427	58	117.256	- (10.403)		12.283	119.136
Máquinas, equipamentos e instalações	249.681	-	(211)	32.130	(4.665)	276.935	- (505)		2.989	279.419
Computadores e periféricos	2.808	-	(55)	188	3	2.944	- (11)		-	2.933
Benfeitorias em bens de terceiros	1.666	-	-	31	(1)	1.696	-	-	-	1.696
Obras em andamento	34.162	17.325	(1.297)	(40.167)	4	10.027	27.852	(360)	(19.304)	18.215
Adiantamentos a fornecedores	5.828	2.301	-	(7.849)	-	280	3.031	-	(2.877)	434
Imobilizações - entressafra	32.675	35.621	(34.896)	-	-	33.400	40.657	(38.687)	-	35.370
Outros	225	-	-	-	-	225	-	-	-	225
Plantas portadoras (plantio de cana-de-açúcar)	558.571	43.679	-	-	-	602.250	46.725	-	-	648.975
Bens em comodato	161	162	(4)	-	(3)	316	1.966	-	-	2.282
	1.096.744	99.325	(42.049)	-	-	1.154.069	120.232	(52.001)	-	1.322.300

b. Movimentação da depreciação	Saldo em 2017	Adições	Baixas	2018 Transferências	Reclassificação	Saldo em 2018	Adições	Baixas	2019 Transferências	Saldo em 2019
Edifícios e Benfeitorias	(4.355)	(711)	-	-	42	(5.024)	(1.267)	-	-	(6.291)
Móveis e Utensílios	(2.192)	(544)	5	-	-	(2.731)	(617)	416	-	(2.932)
Veículos e implementos rodoviários	(35.017)	(6.383)	2.596	-	1	(38.803)	(4.582)	1.058	-	(42.327)
Máquinas e implementos agrícolas	(47.863)	(11.059)	1.700	-	79	(57.142)	(8.521)	7.419	-	(58.244)
Máquinas, equipamentos e instalações	(111.767)	(15.350)	102	-	(80)	(127.095)	(8.381)	236	-	(135.240)
Computadores e periféricos	(1.527)	(178)	38	-	-	(1.667)	(172)	9	-	(1.830)
Plantas portadoras (plantio de cana-de-açúcar)	(368.344)	(44.648)	-	-	-	(412.992)	(41.473)	-	-	(454.465)
Benfeitorias em bens de terceiros	(210)	(42)	-	-	(42)	(294)	(137)	-	-	(431)
	(571.274)	(78.916)	4.441	-	-	(645.748)	(65.150)	9.138	-	(701.760)
Valor líquido contábil	**525.470**					**508.320**				**620.540**

Garantia: Em 31 de março de 2019, parcela substancial dos bens estão garantindo operações de financiamentos captados junto às instituições financeiras.

	Valor do grupo	Total de garantias	Percentual
Edifícios e Benfeitorias	29.126	20.594	71%
Máquinas e implementos agrícolas	119.136	40.162	34%
Máquinas, equipamentos e instalações	279.419	21.998	8%
Terras	1.196	1.196	100%
Veículos e implementos rodoviários	77.136	19.324	25%

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa: Durante os exercícios encerrados em 31/03/2019 e 2018 a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

18. Fornecedores	2019	2018
Fornecedores diversos	42.698	51.198
Fornecedores de cana	16.846	18.323
Fornecedores de cana - Partes relacionadas (Nota 13)	279.419	265.619
	81.542	85.934
Passivo circulante - Fornecedores	(81.527)	(82.971)
Passivo não circulante	15	2.963

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo). A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 30. **19. Empréstimos e financiamentos:** Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 30 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda. Em novembro de 2018, a Companhia com o intuito de buscar um equilíbrio financeiro na relação de ativo circulante passivo circulante, conclua a repactuação de suas operações referentes a uma operação sindicalizada, junto aos principais bancos credores que vencem no curto e longo prazo, de forma a garantir maior liquidez financeira para as safras seguintes, cuja amortização das parcelas ocorrerão somente no período de safra, vencendo a primeira parcela em 25/07/2020 e a última em 27/12/2023.

Moeda nacional:	2019	2018
FINAME - Juros prefixados de 1,35% a 11,50% a.a. mais variação da TJLP	29.749	33.233
Leasing - Juros médios prefixados de 1,47% a.m. a 3,20% a.a. mais variação do CDI (nota nº20)	177	28
CDC - juros prefixados de 2,5% a 8,5% a.a. mais variação CDI e Cambiais (15% taxa de Aditi	5.796	2.005
Nota de Crédito de Exportação - juros prefixados de 4,50% a 7,00% a.a. mais variação CDI	204.145	212.213
Moeda estrangeira - USD:		
Adiantamento sobre Contratos de Câmbio - juros de 4,50% a 6,50% a.a. mais variação cambial	36.537	55.433
Pré-pagamento de exportação - juros de 1,47% a 8,50% a.a. mais variação cambial	374.030	244.541
	650.434	547.453
Parcelas a amortizar no curto prazo classificadas no passivo circulante	(173.609)	(163.392)
Passivo não circulante	476.825	384.061

Em 31/03/2019 as parcelas do passivo circulante e passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2018
01 de abril de 2019 a 31 de março de 2020	173.609
01 de abril de 2020 a 31 de março de 2021	168.134
01 de abril de 2021 a 31 de março de 2022	76.472
01 de abril de 2022 a 31 de março de 2023	102.225
01 de abril de 2023 a 31 de março de 2024	129.573
01 de abril de 2024 a 31 de março de 2025	421
	650.434

Fornecimento de garantias, avais ou fiangas: Para os empréstimos e financiamentos acima apresentados, a Companhia ofereceu as seguintes garantias:

Modalidade de captação	**Garantias**
Finame/Consórcios	Alienação fiduciária dos bens financiados
Leasing	Alienação fiduciária dos bens financiados
NCE/CCE - Nota de Crédito de Exportação	Penhor mercantil, Penhor Rural (Terras), Garantia das safras
PPE - Pré-pagamento de Exportações	Penhor Agrícola (Cana), Penhor Rural (Terras), Nota promissória, Contratos de exportações e AF de Equipamentos
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	Aval de Nota Promissória e Carta de Fiança

A Companhia possui obrigação contratual com a manutenção de indicadores financeiros devido ao encerramento do exercício societário, além de *covenants* não financeiros. Na safra 18/19, a Companhia cumpriu todos os covenants pactuados, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras. **Movimentação dos empréstimos e financiamentos:** A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	2019	2018
Saldo inicial	547.453	531.664
Captações	315.731	252.030
Provisão de encargos	56.968	54.180
Amortização do principal	(240.504)	(232.181)
Pagamento de juros	(56.158)	(59.325)
Hedge accounting sobre empréstimos no Patrimônio Líquido	26.944	1.085
Saldo final	650.434	547.453

20. Arrendamento mercantil: Os bens decorrentes de operações de *leasing* financeiro encontram-se registrados no ativo imobilizado da Companhia. A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para, 2 ativos em veículos. Os contratos possuem prazo de duração entre 2 e 5 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado e intangível da Companhia. Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	2019	2018
Máquinas e Equipamentos Agrícolas	-	-
Veículos	-	68
Equipamentos e processamentos de dados	188	-
Total	188	68

Durante o exercício findo em 31/03/2019, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R$ 13 (R$ 9 em 31/03/2018) relativo a despesas com juros e R$ 356 (R$ 638 em 31/03/2018) relativo à despesa de depreciação. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	2019 Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	2018 Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	97	97	27	27
De dois até três anos	120	120	-	-
	177	177	27	27

21. Impostos e contribuições a recolher

	2019	2018
ICMS – Parcelamento	31.938	21.111
Parcelamento – Lei 11.941/09	12.056	12.059
ICMS corrente	1.138	2.413
INSS – Funrural	752	907
IRRF	219	239
Outros	459	1.007
Total	46.562	37.716
Passivo circulante	(19.315)	(19.175)
Passivo não circulante	27.247	18.541

Parcelamento de Impostos – PEP e Parcelamentos Ordinários: Em agosto de 2017, a Companhia aderiu ao programa especial de parcelamentos (Estadual) Decreto 62.761 de 04/08/2017, repactuando os parcelamentos ordinários ativos de forma a garantir maior liquidez financeira para as safras seguintes, cuja amortização das parcelas ocorrerá ao longo de cinco anos. No período safra, a empresa aderiu a novas linhas de parcelamentos ordinários. Nos termos da legislação pertinente, a Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos das parcelas mensais do referido parcelamento, como condição essencial à sua manutenção. O não cumprimento dessa obrigação acarretará a exclusão e o cancelamento dos benefícios concedidos e também a exigência imediata dos débitos vencidos e a vencer, no seu valor original, com incidência dos acréscimos legais até a data da exclusão. A Companhia vem cumprindo tempestivamente os pagamentos previstos para esse parcelamento. **Parcelamento de Impostos - Lei 11.941/09:** Em novembro de 2009, a Companhia optou pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até 30/11/2008, através da adesão ao programa REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009, o qual foi consolidado em junho de 2011 junto à Receita Federal Brasil ("RFB") e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"). **22. Provisão para contingências:** Baseada na opinião dos assessores jurídicos a Companhia constituiu provisão para contingências de processos trabalhista e civel em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos relacionados em andamento, conforme quadro abaixo:

	2019	2018
Trabalhistas	4.194	6.122
Previdenciária – INSS	14.063	14.063
Cíveis	21	31
Total	18.278	20.216

A movimentação das provisões para contingências, no exercício findo de 31/03/2019, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo final em 2018	Adições	Baixas	Saldo final em 2019
Trabalhistas	6.122	2.000	(3.928)	4.194
Previdenciária – INSS	14.063	-	-	14.063
Cíveis	31	9	(19)	21
	20.216	2.009	(3.947)	18.278

Contingências passivas não registradas: A Companhia é parte em outros processos, nos quais a Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis e, portanto, não foi objeto de provisão para contingências. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31/03/2019 estavam representadas por ações tributárias, no montante de R$ 13.683 (R$ 9.326 em 31/03/2018), **23. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O capital social no montante de R$ 96.592, está representado por 62.217.000 (idêntico em 31/03/2018) ações ordinárias e nominativas sem valor nominal. **b. Reservas: • Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e após a compensação dos prejuízos acumulados. • **Reserva de reavaliação** políticas ambientais e procedimentos que visam a contribuição social diferidos estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada, na proporção da depreciação, oscilando ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados, de acordo com as práticas contábeis. • **Reserva de retenção de lucros** - Constituída em razão do saldo remanescente do lucro após distribuição de dividendos e constituição de reservas legais e estatutárias, não são em investimentos previstos em orçamento de capital devidamente aprovado em assembleia geral. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** - É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em conformidade com a ICPC 10 e OCPC 07 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixas dos ativos que lhe deram origem, e ganhos e perdas não realizadas de fluxo de caixa. **d. Remuneração aos acionistas** - Os dividendos poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. **24. Receita operacional líquida:** Veja políticas contábeis na nota explicativa 7 (i). A Companhia está sujeita a PIS e COFINS sobre as receitas de contratos com clientes da Companhia está descrito na nota explicativa nº 6. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 47, as informações para reconhecimento e mensuração da receita refletem os novos requisitos. **a. Fluxos da receita:** A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentou as seguintes informações no período:

	2019	2018
Receita bruta fiscal	621.040	630.984
Devoluções	-	(176)
Impostos sobre vendas	(80.579)	(60.209)
Receita	540.461	570.599

b. Desagregação da receita de contratos com clientes: Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos. A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

Receitas Operacionais	2019	2018
Açúcar	234.724	329.346
Etanol	376.575	276.788
Outras receitas	29.509	21.582
Receita bruta fiscal	640.808	627.716
CPC 38 - *Hedge Accounting*	(19.768)	3.268
Receita apresentada pelo *Hedge Accounting*	621.040	630.984
Menos:		
Impostos sobre vendas	(80.579)	(60.209)
Devoluções e abatimentos	-	(176)
Total de receita contábil	540.461	570.599

25. Despesas operacionais por natureza: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

a. Abertura dos custos por natureza	2019	2018
Custos por natureza:		
Matéria-prima consumida (cana-de-açúcar e insumos)	253.268	252.143
Amortização de tratos culturais	55.031	48.533
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	41.473	44.214
Despesa com pessoal	22.450	24.544
Depreciação e amortização agrícola	17.935	22.493
Combustíveis e Lubrificantes	16.893	17.131
Outras despesas	14.575	15.669
Manutenção	10.424	10.575
Depreciação e amortização industrial	5.050	10.972
	437.099	446.708
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo dos produtos vendidos	437.099	446.708
	437.099	446.708

30. Instrumentos financeiros: a. Classificação contábil e valores justos: *Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias:* Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

31 de março de 2019	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor contábil Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos							
Caixa e bancos	8	-	7.969	7.969	-	-	-
Aplicações financeiras	8	35.774	-	35.774	-	35.774	-
Contas a receber de clientes	9	-	7.390	7.390	-	-	-
Outros créditos		-	26.470	26.470	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	6.779	6.779	-	6.779	-
Total		**42.553**	**41.829**	**84.382**	-	**42.553**	-
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		-	83.177	83.177	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	-	650.434	650.434	-	-	-
Adiantamentos de clientes		-	8.427	8.427	-	-	-
Partes relacionadas	13	-	20.154	20.154	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	30	5.839	-	5.839	-	5.839	-
Total		**5.839**	**762.192**	**768.031**	-	**5.839**	-

31 de março de 2018	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor contábil Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	6.510	6.510	-	-	-
Aplicações financeiras	8	15.303	-	15.303	-	15.303	-
Contas a receber de clientes	9	-	4.269	4.269	-	-	-
Outros créditos		-	16.157	16.157	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	30	6.174	-	6.174	-	6.174	-
Total		**21.477**	**26.936**	**48.393**	-	**21.477**	-
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		-	88.950	88.950	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	-	547.453	547.453	-	-	-
Adiantamentos de clientes		-	2.242	2.242	-	-	-
Partes relacionadas	13	-	19.737	19.737	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	30	261	-	261	-	261	-
Total		**261**	**658.382**	**658.643**	-	**261**	-

b. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para ativos como e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Os valores contábeis refletem o seu valor de patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. ***Instrumentos financeiros derivativos:*** O valor justo de contratos a termo e de *swaps* de fluxos de caixa é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado. ***Empréstimos e financiamentos:*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Passivos financeiros não derivativos. **c. Gerenciamento de risco financeiro:** *Visão geral:* Os principais riscos nos quais a Companhia está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no segumento são gerenciados por modelos. Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia. A Companhia possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Risco de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo desas demonstrações financeiras. ***Estrutura de gerenciamento de risco:*** Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de preju

(...continuação.)

provável, de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano USD), contra o risco de flutuação da taxa de câmbio USD vs BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como dívidas em moeda estrangeira (Dólar Americano), derivativos como *NDF (Non-Deliverable Forward)* e operações de *commodities* (Opções e Futuros), em valores e vencimentos equivalentes ao *hedged* de venda. As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting*, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Instrumentos de proteção designados para Hedge Accounting e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações

Item de *Hedge*			Instrumento de *Hedge*:		
Data prevista	**Budget em US$ (Total)**	**Budget em US$ (Hedgeado)**	**US$ ACC**	**US$ NDF**	**US$ Total Instrumentos**	**US$ Rolagem**
abr/19	2.960.468	2.960.468	2.194.304	14.328.756	2.960.468	(13.562.592)
mai/19	7.735.917	7.735.917	3.048.626	3.300.000	7.735.917	1.387.291
jun/19	8.829.444	8.829.444	611.419	2.883.214	8.829.444	5.334.811
jul/19	10.879.552	10.879.552	5.958.035	1.500.000	10.879.552	3.421.517
ago/19	9.578.820	7.251.426	3.532.453	300.000	7.251.426	3.418.973
set/19	11.140.688	11.140.688	6.575.577	5.619.153	11.140.688	(1.054.042)
out/19	11.271.407	11.271.407	3.181.030	7.577.223	11.271.407	513.145
nov/19	12.077.438	10.397.165	8.056.269	1.800.000	10.397.165	540.897
dez/19	7.608.656	1.111.690	611.690	1.000.000	1.111.690	-
jan/20	1.040.000	405.620	105.620	300.000	405.620	-
fev/20	1.284.236	1.284.236	232.836	10.338.529	1.284.236	(9.287.129)
mar/20	4.107.154	4.107.154	1.864.477	5.800.000	4.107.154	(3.557.323)
abr/20	2.920.329	2.920.329	102.213	300.000	2.920.329	2.518.116
mai/20	7.631.029	7.631.029	5.270.838	-	7.631.029	2.360.191
jun/20	8.715.987	4.536.718	127.897	-	4.536.718	4.408.822
jul/20	10.783.065	10.322.879	4.265.557	2.500.000	10.322.879	3.557.323
ago/20	9.554.293	9.554.293	12.550.822	3.300.000	9.554.293	(6.296.529)
set/20	11.108.674	11.108.674	4.287.830	1.600.000	11.108.674	5.220.844
out/20	11.239.018	7.922.520	4.246.835	2.600.000	7.922.520	1.075.685
nov/20	12.042.733	5.028.158	4.228.158	800.000	5.028.158	-
dez/20	7.586.792	2.486.543	1.686.543	800.000	2.486.543	-
jan/21	1.036.451	-	-	-	-	-
fev/21	1.279.854	-	-	-	-	-
mar/21	4.093.139	-	-	-	-	-
abr/21	3.146.191	-	-	-	-	-
mai/21	8.221.224	-	-	-	-	-
jun/21	9.358.179	-	-	-	-	-
jul/21	11.538.413	3.759.011	3.759.011	-	3.759.011	-
ago/21	10.188.063	1.677.456	1.677.456	-	1.677.456	-
set/21	11.804.813	1.667.023	1.667.023	-	1.667.023	-
out/21	11.943.325	1.646.157	1.646.157	-	1.646.157	-
nov/21	12.797.406	1.646.157	1.646.157	-	1.646.157	-
dez/21	8.062.227	1.625.964	1.625.964	-	1.625.964	-
jan/22	1.083.671	-	-	-	-	-
fev/22	1.338.163	-	-	-	-	-
mar/22	4.279.619	-	-	-	-	-
abr/22	3.146.191	-	-	-	-	-
mai/22	8.221.224	-	-	-	-	-
jun/22	9.358.179	-	-	-	-	-
jul/22	11.538.413	4.664.090	4.664.090	-	4.664.090	-
ago/22	10.188.063	2.937.592	2.937.592	-	2.937.592	-
set/22	11.804.813	2.916.726	2.916.726	-	2.916.726	-
out/22	11.943.325	2.888.456	2.888.456	-	2.888.456	-
nov/22	12.797.406	2.874.994	2.874.994	-	2.874.994	-
dez/22	8.062.227	2.848.071	2.848.071	-	2.848.071	-
jan/23	1.083.671	-	-	-	-	-
fev/23	1.338.163	-	-	-	-	-
mar/23	4.279.619	-	-	-	-	-
abr/23	3.146.191	-	-	-	-	-
mai/23	8.221.224	-	-	-	-	-
jun/23	9.358.179	-	-	-	-	-
jul/23	11.538.413	4.696.693	4.696.693	-	4.696.693	-
ago/23	10.188.063	3.694.219	3.694.219	-	3.694.219	-
set/23	11.804.813	3.666.398	3.666.398	-	3.666.398	-
out/23	11.943.325	3.635.884	3.635.884	-	3.635.884	-
nov/23	12.797.406	3.610.755	3.610.755	-	3.610.755	-
dez/23	8.062.227	3.583.831	3.583.831	-	3.583.831	-
Total	**451.087.592**	**192.925.388**	**126.778.503**	**66.146.885**	**192.925.388**	-

A Usina Santa Fé realizará a rolagem de instrumentos designados para *hedge*, para períodos equivalentes à expectativa de exportações. Desta forma, a Companhia irá adequar o montante de instrumentos e objetos de *hedge* com vistas a adequar a relação de *hedge* nos próximos exercícios. ***Ganhos e perdas de instrumentos financeiros designados para contabilidade de hedge:*** Seguem a composição dos ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado operacional e no patrimônio líquido do período, respectivamente, de instrumentos financeiros designados como instrumento de *hedge*: **Efeito Contábil - Instrumento de Hedge**

Operação	**Não Realizado**	**Realizado**
Não Derivativos (Variação Cambial)	(17.739)	(18.230)
Derivativos (Valor Justo)	(3.321)	(1.538)
Total líquido dos impostos diferidos	(21.060)	(19.768)

Reconciliação dos efeitos líquidos do valor justo das operações com a posição patrimonial: O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, seja ele ativo ou passivo, é reconhecido no balanço patrimonial da Companhia. Segue, abaixo, a reconciliação dos efeitos líquidos de valor justo registrados no balanço patrimonial da Companhia:

a. Saldos no balanço patrimonial	**2019**	**2018**
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	6.779	6.174
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	(5.839)	(261)
b. Saldos por tipo de operação	**2019**	**2018**
NDF de moedas (ativa)	3.248	661
Operações de commodities (ativa)	3.531	5.513
Total (ativo)	6.779	6.174
Operações de commodities (passiva)	(1.355)	-
NDF de moedas (passiva)	(4.484)	(261)
Total (passivo)	(5.839)	(261)

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira e a volatilidade dos preços, por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar e aos preço dos produtos, considerando o plano orçamentário e o *budget* oficial da Companhia. Tais operações consistem basicamente na utilização de NDF (*Non Deliverable Forward*), contratadas de acordo com cotações de venda futura de moeda estrangeira, e operações de *commodities* (Opções e Futuros), conforme quadros abaixo:

NDF - Moeda - Saldos Ativos

Vencimento	**Tipo Operação**	**Valor Notional (em milhares de USD)**	**Valor notional (R$)**	**Taxa Futura**	**Taxa MTM**	**Valor Justo**
29/10/2019	Venda	(200)	(768)	3,97	3,98	0
29/10/2019	Venda	(300)	(1.155)	3,97	3,98	2
28/02/2020	Venda	(1.000)	(3.794)	4,01	4,02	5
30/10/2020	Venda	(1.000)	(3.919)	4,11	4,12	6
30/09/2020	Venda	(500)	(1.978)	4,10	4,12	7
29/11/2019	Venda	(500)	(1.931)	3,98	4,01	11
28/02/2020	Venda	(500)	(1.905)	4,01	4,03	11
30/11/2020	Venda	(500)	(1.954)	4,13	4,16	12
29/11/2019	Venda	(500)	(1.933)	3,98	4,01	12
30/10/2019	Venda	(500)	(1.934)	3,98	4,00	14
27/12/2019	Venda	(500)	(1.933)	3,99	4,02	14
27/03/2020	Venda	(500)	(1.924)	4,02	4,05	16
21/02/2020	Venda	(76)	(309)	4,01	4,29	20
28/06/2019	Venda	(300)	(1.169)	3,93	4,00	21
29/10/2019	Venda	(300)	(1.176)	3,97	4,05	23
30/01/2020	Venda	(300)	(1.176)	4,00	4,08	23
30/10/2020	Venda	(500)	(1.965)	4,11	4,17	24
30/04/2019	Venda	(300)	(1.176)	3,92	4,00	26
30/05/2019	Venda	(300)	(1.174)	3,92	4,01	27
28/02/2020	Venda	(300)	(1.178)	4,01	4,11	27
30/10/2019	Venda	(500)	(1.950)	3,98	4,03	28
28/02/2020	Venda	(500)	(1.921)	4,01	4,07	31
30/10/2019	Venda	(500)	(1.955)	3,98	4,04	31
16/09/2019	Venda	(400)	(1.563)	3,96	4,05	35
27/03/2020	Venda	(500)	(1.945)	4,02	4,10	38
30/09/2019	Venda	(300)	(1.191)	3,97	4,11	41
27/03/2020	Venda	(300)	(1.186)	4,02	4,16	41
25/09/2019	Venda	(1.326)	(5.137)	3,96	4,00	41
28/02/2020	Venda	(500)	(1.931)	4,01	4,10	43
28/02/2020	Venda	(500)	(1.933)	4,01	4,10	44
25/02/2020	Venda	(1.722)	(6.829)	4,01	4,04	52
30/07/2019	Venda	(500)	(1.973)	3,94	4,05	54
28/02/2020	Venda	(420)	(1.641)	4,01	4,15	54
28/02/2020	Venda	(300)	(1.203)	4,01	4,23	63
28/02/2020	Venda	(300)	(1.207)	4,01	4,24	64
30/03/2020	Venda	(500)	(1.968)	4,02	4,16	65
21/02/2020	Venda	(229)	(943)	4,01	4,33	70
28/02/2020	Venda	(500)	(1.973)	4,01	4,18	78
29/11/2019	Venda	(300)	(1.240)	3,98	4,31	92
21/02/2020	Venda	(305)	(1.258)	4,01	4,33	93
30/10/2019	Venda	(300)	(1.243)	3,98	4,30	94
30/10/2019	Venda	(500)	(2.040)	3,98	4,23	123
28/02/2020	Venda	(427)	(1.760)	4,01	4,33	131
30/03/2020	Venda	(500)	(2.052)	4,02	4,35	154
30/10/2019	Venda	(770)	(3.199)	3,98	4,26	208
28/02/2020	Venda	(1.022)	(4.099)	4,01	4,23	216
30/09/2019	Venda	(1.094)	(4.403)	3,97	4,17	219
30/10/2019	Venda	(707)	(2.960)	3,98	4,31	228
25/06/2019	Venda	(914)	(3.777)	3,93	4,21	247
21/02/2020	Venda	(738)	(3.085)	4,01	4,39	269
		(26.250)	**(104.014)**			**3.248**

NDF - Moeda - Saldos Passivos

Vencimento	**Tipo Operação**	**Valor Notional (em milhares de USD)**	**Valor notional (R$)**	**Taxa Futura**	**Taxa MTM**	**Valor Justo**
01/04/2019	Venda	(3.000)	(11.371)	3,93	3,79	(405)
01/04/2019	Venda	(2.000)	(7.461)	3,93	3,74	(370)
25/04/2019	Venda	(1.339)	(4.973)	3,91	3,72	(253)
30/10/2019	Venda	(500)	(1.693)	3,98	3,54	(210)
30/10/2019	Venda	(500)	(1.709)	3,98	3,58	(190)
31/08/2020	Venda	(3.000)	(11.555)	4,09	4,02	(170)
30/03/2020	Venda	(500)	(1.739)	4,02	3,67	(164)
30/03/2020	Venda	(500)	(1.738)	4,02	3,68	(162)
25/06/2019	Venda	(1.669)	(6.276)	3,93	3,84	(159)
30/03/2020	Venda	(500)	(1.752)	4,02	3,70	(150)
28/02/2020	Venda	(1.000)	(3.722)	4,01	3,87	(132)
30/03/2020	Venda	(500)	(1.773)	4,02	3,75	(129)
30/10/2019	Venda	(1.000)	(3.721)	3,98	3,84	(127)
30/10/2019	Venda	(1.000)	(3.773)	3,98	3,85	(125)
30/07/2019	Venda	(1.000)	(3.735)	3,94	3,82	(120)
01/04/2019	Venda	(1.000)	(3.823)	3,93	3,82	(109)
30/03/2020	Venda	(834)	(3.122)	3,91	3,79	(99)
25/04/2019	Venda	(675)	(2.536)	3,91	3,77	(99)
01/04/2019	Venda	(1.000)	(3.858)	3,93	3,84	(93)
30/09/2019	Venda	(1.000)	(3.797)	3,97	3,88	(87)
30/11/2020	Venda	(300)	(1.110)	4,13	3,87	(69)
31/07/2020	Venda	(2.500)	(9.700)	4,07	4,04	(68)
30/09/2019	Venda	(411)	(1.501)	3,97	3,80	(66)
30/09/2019	Venda	(375)	(1.384)	3,97	3,79	(65)
30/10/2020	Venda	(300)	(1.114)	4,11	3,88	(64)
30/10/2020	Venda	(300)	(1.123)	4,14	3,95	(53)
02/05/2019	Venda	(1.000)	(3.859)	3,92	3,86	(52)
30/04/2019	Venda	(500)	(1.889)	3,92	3,82	(50)
31/05/2019	Venda	(500)	(1.904)	3,92	3,82	(49)
30/09/2020	Venda	(300)	(1.130)	4,10	3,92	(48)
29/11/2019	Venda	(500)	(1.875)	3,98	3,89	(47)
30/09/2020	Venda	(300)	(1.129)	4,10	3,94	(44)
30/10/2020	Venda	(300)	(1.134)	4,11	3,95	(44)
30/05/2019	Venda	(500)	(1.889)	3,92	3,84	(44)
25/04/2019	Venda	(667)	(2.564)	3,91	3,85	(41)
31/08/2020	Venda	(300)	(1.135)	4,09	3,94	(40)
30/09/2019	Venda	(412)	(1.529)	3,97	3,87	(39)
31/05/2019	Venda	(500)	(1.915)	3,92	3,85	(39)
30/08/2019	Venda	(300)	(1.133)	3,96	3,85	(30)
30/09/2019	Venda	(300)	(1.128)	3,97	3,87	(28)
30/05/2019	Venda	(500)	(1.926)	3,92	3,87	(28)
30/04/2020	Venda	(300)	(1.147)	4,03	3,93	(27)
25/04/2019	Venda	(961)	(3.733)	3,91	3,89	(24)
30/10/2020	Venda	(500)	(1.921)	4,11	4,07	(22)
30/12/2020	Venda	(500)	(1.957)	4,14	4,12	(13)
25/04/2019	Venda	(331)	(1.282)	3,91	3,88	(12)
30/09/2020	Venda	(500)	(1.934)	4,10	4,08	(8)
25/04/2019	Venda	(1.605)	(6.259)	3,91	3,91	(6)
30/03/2020	Venda	(500)	(1.881)	4,02	4,01	(3)
25/04/2019	Venda	(67)	(257)	3,91	3,87	(3)
25/04/2019	Venda	(50)	(193)	3,91	3,89	(1)
31/03/2020	Venda	(1.000)	(3.805)	4,02	4,02	(1)
		(39.887)	**(150.588)**			**(4.484)**

Derivativos - Futuros Açucar - Saldos Ativos

Vencimento	**Valor Notional (em milhares de USD)**	**Valor Notional (R$)**	**Tela Fixada**	**Tela Mercado**	**Valor Justo**
25/09/2019	(1.164)	(4.535)	12,99	12,95	14
25/04/2019	(848)	(3.305)	12,62	12,53	24
25/06/2019	(264)	(1.029)	13,10	12,65	35
25/09/2019	(271)	(1.057)	13,45	12,95	39
25/09/2019	(419)	(1.631)	13,35	12,95	49
25/04/2019	(296)	(1.152)	13,20	12,53	58
25/06/2019	(299)	(1.165)	13,35	12,65	61
25/09/2019	(1.758)	(6.850)	13,08	12,95	68
25/04/2019	(259)	(1.008)	13,58	12,65	69
25/04/2019	(524)	(2.042)	13,00	12,53	74
25/06/2019	(266)	(1.036)	13,96	12,95	75
25/09/2019	(443)	(1.728)	13,65	12,95	89
25/06/2019	(264)	(1.028)	13,85	12,65	89
25/09/2019	(448)	(1.747)	13,80	12,95	108
25/06/2019	(827)	(3.221)	13,18	12,65	130
25/04/2019	(596)	(2.322)	13,30	12,53	134
25/04/2019	(596)	(2.324)	13,31	12,53	136
25/04/2019	(443)	(1.725)	13,63	12,53	139
25/04/2019	(434)	(1.691)	13,84	12,53	160
25/09/2019	(1.376)	(5.360)	13,35	12,95	161
25/06/2019	(1.466)	(5.713)	13,09	12,65	167
25/04/2019	(1.176)	(4.584)	13,13	12,53	209
25/04/2019	(739)	(2.878)	13,74	12,65	228
25/06/2019	(891)	(3.473)	13,72	12,65	271
25/09/2019	(2.302)	(8.972)	13,89	12,95	607
	(18.368)	**(71.576)**			**3.220**

Derivativos - Futuros Açucar - Saldos Passivos

Vencimento	**Valor Notional (em milhares de USD)**	**Valor Notional (R$)**	**Tela Fixada**	**Tela Mercado**	**Valor Justo**
25/06/2019	(829)	(3.229)	12,33	12,65	(84)
25/04/2019	(690)	(2.691)	12,33	12,53	(44)
25/09/2019	(1.456)	(5.674)	13,00	13,80	(349)
25/06/2019	(670)	(2.610)	12,46	13,80	(281)
25/02/2020	(580)	(2.262)	12,34	13,80	(268)
25/02/2020	(442)	(1.721)	12,32	13,80	(207)
25/04/2019	(194)	(755)	12,35	13,80	(89)
25/02/2020	(296)	(1.152)	13,20	13,80	(52)
25/02/2020	(97)	(377)	12,33	13,80	(45)
25/02/2020	(1.534)	(5.979)	13,70	13,80	(44)
25/04/2019	(69)	(270)	12,37	13,80	(31)
25/04/2019	(30)	(116)	13,24	12,53	6
25/04/2019	(45)	(173)	13,25	12,53	9
25/04/2019	(59)	(231)	13,26	12,53	13
25/04/2019	(1.417)	(5.521)	12,65	12,53	52
25/04/2019	(459)	(1.790)	13,23	12,53	95
22/02/2020	(1.484)	(5.783)	13,25	12,95	131
	(10.350)	**(40.332)**			**(1.186)**

Derivativos - Opções Açúcar Put - Saldos Ativos

Vencimento	**Valor Notional (em milhares de USD)**	**Valor Notional (R$)**	**Tela Fixada**	**Valor Justo**
31/03/2020	(2.688)	(10.474)	12,00	296
	(2.688)	**(10.474)**		**296**

Derivativos - Opções Açúcar Call - Saldos Passivos

Vencimento	**Valor Notional (em milhares de USD)**	**Valor Notional (R$)**	**Tela Fixada**	**Valor Justo**
31/10/2019	(1.484)	(5.783)	13,25	277
31/10/2019	(1.652)	(6.437)	14,75	(112)
31/03/2020	(1.912)	(5.892)	13,50	528
31/03/2020	(1.680)	(6.546)	15,00	(288)
31/03/2020	(3.360)	(13.093)	15,00	(575)
	(9.688)	**(37.751)**		**(169)**

Derivativos - Futuros Petróleo - Saldos Ativos

Vencimento	**Valor Notional (em milhares de USD)**	**Valor Notional (R$)**	**Cotação Fixada**	**Cotação Mercado**	**Valor Justo**
31/12/2019	(332)	(1.293)	66	66	(5)
31/12/2019	(334)	(1.302)	67	66	(14)
31/12/2019	(327)	(1.275)	65	66	13
31/12/2019	(325)	(1.266)	65	66	22
	(1.318)	**(5.135)**			**16**

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, seja ele ativo ou passivo, é reconhecido no balanço patrimonial da Companhia. ***Resultado referente aos instrumentos financeiros:*** As tabelas abaixo mostram os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31/03/2019 e 2018 que afetaram a demonstração de resultado:

Resultado de operações mantidas para negociação	**Resultado**	
Instrumentos de taxa variável	**2019**	**2018**
Instrumentos financeiros derivativos		
Ganhos com derivativos	-	13.181
Ajuste Swap sobre financiamentos	-	(3.119)
Perdas com derivativos	-	(10.368)
	-	**(306)**

Em 31/03/2019, como instrumentos de *hedge*, a Usina Santa Fé S.A. possui *NDFs* e operações de *commodities* (Opções e Futuros), para proteção das exposições em moeda estrangeira e volatilidade dos preços de açúcar e etanol. O Grupo também utiliza como instrumentos de *hedge* operações *Swap* de dólar e *Swap* de Libor; porém para estes dois últimos, na data-base supracitada, não havia operações contratadas. **31. Compromissos de compra:** A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com companhias Agrícolas Agropecuária Nova Europa S.A., acionistas e terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita de acordo com a sistemática de mudança da cana-de-açúcar adotada pela CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo). **32. Compromissos de vendas:** A Companhia possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2019/2020. Os volumes relacionados aos compromisso acima mencionados são:

Safra	**Volume - toneladas**
2019/2020	190.128
Total	190.128

33. Demonstrações do valor adicionado - DVA: A Companhia está apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09. Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição dos mesmos entre as seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configuram transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medida pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos à Companhia.

Composição da Administração

Douglas de Oliveira - Diretor-Presidente
Acir Jardim Coelho Filho - Diretor Industrial
Francisco Sylvio Malzoni Gavotti - Diretor Agrícola
Tadeu Donizete de Oliveira Machado - Contador - CRC nº 1SP323544/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Usina Santa Fé S.A. - Nova Europa - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Santa Fé S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Usina Santa Fé S.A. em 31 de março de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 e consistentes com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 26 de junho de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

CBE - Companhia Brasileira de Embalagens - CNPJ - 10.534.653/0001-04

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: apresentamos a Vossa Senhoria as Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017. A diretoria permanece a disposição dos senhores para eventuais dúvidas a respeito. São Paulo, 27/06/2019. **(a) A Administração**

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços patrimoniais/Ativo

	2018	2017
Circulante	**682**	**923**
Caixa e equivalentes de caixa	17	242
Contas a receber de clientes	22	19
Estoques	156	136
Outros Créditos	10	8
Impostos a Recuperar	453	494
Partes Relacionadas	24	24
Ativo não circulante	**2.722**	**3.568**
Bens destinados à venda	299	-
Imobilizado	2.428	2.836
Intangível	14	732
Total do Ativo	**3.404**	**4.491**

Passivo e Patrimônio Líquido

	2018	2017
Passivo Circulante	**146**	**205**
Fornecedores	31	138
Obrigações Trabalhistas	19	10
Obrigações Fiscais	7	5
Outras Obrigações	-	25
Provisões	-	27
Adiantamentos recebidos	89	-
Partes relacionadas	3.647	1.564
Passivo não Circulante	**3.647**	**1.564**
Patrimônio Líquido	**(389)**	**2.722**
Capital Social	16.437	16.437
Reservas de Capital	7.403	7.403
(-) Prejuízos Acumulados	(24.229)	(21.118)
Total de passivo e do patrimônio líquido	**3.404**	**4.491**

Demonstrações do resultado abrangente

	2018	2017
Prejuízo do Exercício	**(3.111)**	**(2.718)**
Resultado Abrangente Total	**(3.111)**	**(2.718)**

**As demonstrações financ

PRÓXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Condutor da Praça- A praça será realizada por MEIO ELETRÔNICO através do Portal: www.canaljudicial.com.br/goldleilões e será conduzida pelo Gestor Leiloeiro Oficial Ullian Aparecido da Silva- JUCESP 958. Na segunda praça, o valor mínimo para a venda corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação judicial, nos termos do artigo 13 do provimento CSM 1625/2009. Da comissão da Gestora Judicial- O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD, a título de comissão o valor da porcentagem estipulada no edital, sob o preço de arrematação do imóvel. Dos lances- Os lances deverão ser ofertados pela rede internet, através do Portal www.canaljudicial.com.br/goldleilões. Da responsabilidade do arrematante- Serão de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas a transferência dos imóveis, tais como recolhimento do ITBI, foro, laudêmio, taxas alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive dados apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reformas não averbadas no Órgão competente e, ainda, dívidas relativas ao condomínio, resguardada a possibilidade de ação regressiva contra o devedor principal, perante ao Juízo competente. Débitos de IPTU- Eventuais débitos de IPTU- Eventuais débitos sub-rogados no valor da arrematação nos exatos termos do art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, mediante apresentação do extrato de débitos fiscais apresentado pelo arrematante. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleilões. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Provimento CSM nº 1.625/09 do TJSP e o capto do artigo 335, do Código Penal. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DE SÃO PAULO/SP Edital de 1ª e 2ª Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) H. A. L. N. e demais interessados, expedido nos autos da ação de EXECUÇÃO DE ALIMENTOS – Proc. 0050955-56.2005.8.26.0100 – Ajuizada por C. H. M. A Dra. Eliane da Camara Leite Ferreira, Juíza de Direito da 1ª Vara Da Família e Sucessões de São Paulo/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 e 903 do CPC, em cumprimento aos Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 08/07/2019 às 14:00h, e com término no dia 10/07/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 10/07/2019 às 14:01h, e com término no dia 01/08/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 1: Matrícula 61.925 do 2º CRI da Capital-SP: APARTAMENTO nº 124, DUPLEX, tipo B, localizado no 12º andar do EDIFÍCIO ORLOV, situado na Rua Tenente Negrão, 200 – Perdizes, contendo a área exclusiva de 261,22m2, área comum de 111,80m2, área de garagem de 85,29m2 (28,43m2 x 3), a área total construída de 458,31m2, correspondente/lhe uma fração ideal de 0,035360 centésimo no terreno. Contribuinte nº 021.082.0264-1. AVALIAÇÃO: R$ 2.550.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), março/2017. ÔNUS: Conforme certidão de ônus extraída pela ARISP em 06.08.2018, consta conforme AV. 05 e 06 – PENHORA – em favor de Condomínio Edifício Orlov, Processos 583.00.2007.157193-8/1, em trâmite pela 26ª Vara Cível da Capital; e conforme AV.07 e 08 – PREMONITÓRIA e PENHORA EXEQUENDA. DEBITO DE CONDOMÍNIO: Consta débito de ação Sumária (Despesas Condominiais) nos autos do processo nº 1073752-91.2014.8.26.0100, Autor: Condomínio Edifício Orlov, no montante de R$169.891,41, abril/2018. DEBITOS FISCAIS: conforme certidão extraída do site da Municipalidade, consta um débito total na dívida ativa de R$ 240.224,60, consta ainda IPTU do ano corrente no valor de R$ 12.554,90. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.leiloesgold.com.br.

Sociedade Japonesa de Educação e Cultura
CNPJ nº 45.086.218/0001-09

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os senhores associados da Sociedade Japonesa de Educação e Cultura convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 13 de Julho de 2019, às 10,00 horas, em primeira convocação, na sala de reuniões sita à Rua Pereguero, 1737, Bairro de Vila Mariana, CEP 04101-001, na Cidade de São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) Autorizar a Diretoria a realizar, tendo por premissa o disposto no Art. 14, VIII, do Estatuto Social, estudos sobre a alienação do imóvel situado à Estrada do Campo Limpo, nº 1501, 29º Subdistrito - Santo Amaro, Cidade de Sao Paulo-SP, objeto da matrícula nº 245.831 do 11º Registro de Imóveis da Capital, bem como a contratar terceiros para os procedimentos necessários, podendo a Diretoria firmar contratos com interessados na aquisição do referido imóvel, estabelecendo as condições contratuais. (2) Autorizar a Diretoria a negociar, celebrar e assinar contratos relacionados com o item (1) desta ordem do dia. (3) Decidir sobre outros assuntos relacionados com as propostas de deliberação acima mencionadas. Não havendo quórum na primeira convocação, será feita uma segunda convocação 30 (trinta) minutos depois, quando a assembleia se instalará com qualquer número de associados. O associado impossibilitado de comparecer poderá fazer-se representar por outro associado, mediante procuração escrita. São Paulo, 16 de junho de 2019.

Koji Miyashita - Presidente

CGD EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ nº 05.368.250/0001-00
Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

Circulante	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	550	-
Contas a receber	5	13.878	5.123
Imóveis a comercializar	6	1.500	-
Impostos a recuperar		2.588	2.639
Total do ativo circulante		**18.516**	**7.918**
Não circulante			
Contas a receber	5	6.882	-
Depósito judicial	17	286	206
Mútuo a receber	7	34.937	42.738
Total do ativo realizável a longo prazo		**42.105**	**42.944**
Outros Investimentos	8	1.069	-
Propriedades para investimento	9	1.626.719	1.668.791
Imobilizado	10	58.661	47.433
		1.686.449	1.716.224
Total do ativo não circulante		**1.728.554**	**1.759.168**
Total do ativo		**1.747.070**	**1.767.086**

Circulante	Nota	2018	2017
Fornecedores	11	2.127	2.650
Empréstimos e financiamentos	12	117.765	132.116
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	13	23.789	21.989
Receitas de cessões a apropriar	14	887	1.288
Salários, férias e encargos sociais		52	21
Impostos e contribuições a recolher	15	2.573	3.282
Adiantamentos de clientes		1.135	383
Obrigações por aquisição de imóveis	16	4.613	2.847
Outras contas a pagar		8.379	5.203
Total do passivo circulante		**161.320**	**169.759**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	152.075	149.760
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	13	74.852	59.205
Receitas de cessões a apropriar	14	1.890	3.067
Impostos e contribuições a recolher	15	10.421	10.595
Obrigações por aquisição de imóveis	16	5.250	-
Mútuo a pagar	7	80.535	98.000
Passivo Fiscal Diferido	18	392.236	397.159
Total do passivo não circulante		**717.259**	**717.786**
Patrimônio líquido	19		
Capital social		120.837	120.837
Reserva legal		24.092	24.092
Reserva de lucros		723.562	734.612
Patrimônio líquido		**868.491**	**879.541**
Total do passivo		878.579	887.545
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.747.070**	**1.767.086**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	20	86.368	75.983
Custos operacionais:			
Depreciação de edifícios	9	(11.389)	(11.262)
Custo dos imóveis vendidos		(700)	-
		(12.089)	(11.262)
Resultado bruto		**74.279**	**64.721**
(Despesas) receitas operacionais:			
Gerais e administrativas	21	(3.884)	(3.562)
Despesas tributárias	22	(3.545)	(3.430)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	23	(16.127)	81.344
Resultado de equivalência patrimonial	8	(368)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**50.355**	**139.073**
Despesas financeiras	24	(67.315)	(64.569)
Receitas financeiras	24	987	79
Resultado financeiro líquido	**24**	**(66.328)**	**(64.490)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(15.973)	74.583
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4.923	(27.324)
Resultado líquido		**(11.050)**	**47.259**

Demonstrações do fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(11.050)	47.259
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	9	11.389	11.262
Valor residual do ativo imobilizado baixado e propriedade para investimento	9 e 10	28.572	365
Ajuste a valor justo da propriedade para investimento	9	14.410	(80.435)
Custo na venda de participação societária	8	205	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e CCI	12 e 13	65.151	61.732
Demais encargos financeiros líquidos		436	1.680
Resultado de equivalência patrimonial	8	368	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4.923)	27.324
Benefício fiscal - Lei 13.496/2017		-	(1.128)
Juros sobre saldos de mútuo a pagar		1.013	765
Apropriação de receitas diferidas		(23.734)	(23.324)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(4.784)	(996)
Imóveis a comercializar	6	(1.500)	-
Impostos a recuperar		51	(170)
Outras contas a receber		-	68
Depósitos judiciais	17	(80)	(124)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	11	(523)	(3.443)
Salários, férias e encargos sociais		31	2
Impostos e contribuições a recolher		(2.027)	(535)
Adiantamentos de clientes		752	(114)
Obrigações por aquisição de imóveis		(1.650)	-
Outras contas a pagar		3.068	3.626
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**75.176**	**43.814**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Empréstimos recebidos de partes relacionadas		(4.343)	11.600
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		6.411	(5.665)
Aquisição de participação societária	8	(1.642)	-
Adiantamentos concedidos para futuro aumento de investimento		(529)	-
Aquisição de propriedade para investimento	9	(2.903)	(7.332)
Aquisição de imobilizado	10	(5.814)	(3.137)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**(8.820)**	**(4.534)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	46.400	51.280
Pagamento de empréstimos (principal e encargos)	12	(93.885)	(77.273)
Captação empréstimos - partes relacionadas		1.376	2.320
Recursos pagos a partes relacionadas		(19.853)	(15.512)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		**(65.962)**	**(39.185)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**394**	**95**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		156	61
No final do exercício		550	156
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**394**	**95**
Efeito de adições de imobilizado a pagar	10	(6.260)	(375)
Efeito de adições de propriedade para investimentos a pagar	9	(8.550)	-

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	(11.050)	47.259
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(11.050)**	**47.259**

Demonstrações do Capital Social Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	120.837	21.729	689.716	-	832.282
Resultado líquido do exercício	-	-	-	47.259	47.259
Destinação do lucro do exercício:					
Reserva legal	-	2.363	-	(2.363)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	44.896	(44.896)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	120.837	24.092	734.612	-	879.541
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(11.050)	(11.050)
Destinação do prejuízo do exercício:					
Realização da reserva de lucros	-	-	(11.050)	11.050	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**120.837**	**24.092**	**723.562**	**-**	**868.491**

"As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas do Relatório da Diretoria, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Companhia."

A Diretoria - Ricardo Rodrigues Pedrozo - Contador CRC 1SP 174.418/O-7

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DO IPIRANGA

CNPJ nº 60.737.590/0001-61

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro

I - Balanço Patrimonial (Em R$ 1)

ATIVO	2018	2017
Circulante	**134.200.768**	**135.884.617**
Caixa e equivalente de caixa(Nota 3)	12.331.721	134.381.020
Adiantamentos	95.708	23.608
Aluguéis a Receber	4.773.469	4.189.930
Aluguéis a Receber Comissão de Benefícios	394.239	372.350
Provisão p/ Créditos Liq.Duvidosa	(3.188.934)	(3.053.995)
Provisão p/ Créditos Liq.Duvidosa Comissão de Benefícios	(332.912)	(318.855)
Créditos Diversos	157.986	167.533
Depósitos Judiciais	-	6.280
Depósitos Recursais	-	8.960
Cheques a Depositar	-	23.392
Provisão p/ Créditos Liq.Duvidosa	-	(15.529)
Não Circulante	**27.336.278**	**7.740.540**
Realizável a Longo Prazo	**1.833.541**	**1.998.146**
Depósitos Judiciais	6.280	-
Créditos Diversos	1.827.252	1.998.146
Aluguéis a Receber	3.054.931	3.054.931
Provisão p/ Créditos Liq.Duvidosa	(3.054.931)	(3.054.931)
Imobilizado (Nota 4)	**25.502.737**	**5.741.994**
Bens Imóveis	32.564.039	11.915.871
Bens Móveis	2.132.911	1.993.002
Depreciação	(9.194.213)	(8.166.879)
Total do Ativo	**161.537.046**	**143.624.157**

Passivo	2018	2017
Circulante	**1.091.208**	**1.074.187**
Contas a Pagar	459.397	444.867
Contas a Pagar Comissão de Benefícios	1.418	1.531
Obrigações Sociais	573.068	522.656
Obrigações Sociais Comissão de Benefícios	838	838
Obrigações Tributárias	54.383	44.085
Obrigações Tributárias Comissão de Benefícios	210	210
Adiantamentos	1.974	-
Passivo Não Circulante	**187.695**	**183.935**
Credores Diversos	187.695	183.935
Patrimônio Líquido	**150.258.043**	**142.264.035**
Patrimônio Social	142.264.035	128.135.554
Superávit Acumulado	8.021.448	14.116.081
Total do Passivo	**151.537.046**	**143.424.157**

II – Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro (Em R$ 1)

	2018	2017
Receita dos Atividades	**29.211.967**	**33.895.529**
Atividades de Assistência Social	**29.206.592**	**33.894.338**
Aluguéis e Condomínio	13.835.120	12.952.168
Aluguéis (Nota 6)	12.974.792	12.109.606
Condomínio (Nota 6)	350.614	370.963
Aluguéis Comissão de Benefícios (Nota 6 e 13)	482.810	445.072
Condomínio Comissão de Benefícios(Nota 6 e 13)	26.904	26.526
Doações	24.789	37.047
Doações de Pessoas Físicas (Nota 6)	21.217	30.830
Doações de Pessoas Jurídicas (Nota 6)	3.572	6.217
Outras Receitas	15.346.673	20.905.323
Rendimentos de Investimentos (Nota 6)	9.082.614	10.533.840
Rendimentos de Investimentos Com. de Benefícios (Nota 6 e 13)	301.612	431.821
Multas e Acréscimos s/Alugueis (Nota 6)	54.973	59.422
Multas e Acréscimos s/Alugueis Com. de Benefícios (Nota 6 e 13)	1.113	5.231
Juros Ativos/Descontos/Diversos (Nota 6)	100.994	67.510
Recuperação de Despesas(Nota 6)	457	758
Recuperação de Despesas(Nota 6)	-	1.656
Indenização Seguro(Nota 6)	-	6.611
Festas e Promoções (Nota 6)	20.890	18.001
Resultado Potencial Construtivo (Nota 6)	5.784.000	8.981.473
Atividades De Educação	**5.385**	**4.991**
Doações	255	727
Doações de Pessoas Físicas (Nota 6)	225	305
Doações de Pessoas Físicas (Nota 6)	30	422
Outras Receitas	5.130	4.264
Festas e Promoções (Nota 6)	4.901	4.238
Recuperação de Despesas (Nota 6)	-	25
Juros Ativos/Descontos (Nota 6)	229	1
Despesas da Atividade	**(21.190.519)**	**(18.903.448)**
Atividades de Assistência Social	**(19.969.921)**	**(15.896.683)**
Despesas Assistenciais (Nota 7)	(1.282.203)	(800.040)
Despesas Assistenciais Comissão de Benefícios(Nota 7e 13)	(283.700)	(290.227)
Despesas c/Ordenados (Nota 9)	(7.130.201)	(6.558.857)
Cota Patronal INSS (Nota 9)	(2.037.385)	(1.139.524)
Isenção Patronal INSS(Nota 8)	(1.203.971)	(1.139.524)
Cota Patronal INSS Comissão de Benefícios (Nota 9)	(8.406.573)	(7.908.374)
Isenção Patronal INSS Comissão de Benefícios (Nota 8)	(1.017.107)	(1.012.550)
Encargos Sociais (Nota 9)	(380.617)	(378.035)
Despesas Administrativas (Nota 9)	(8.406.573)	(7.908.374)
Despesas Administrativas Comissão de Benef.(Nota Nota 9)	(1.017.107)	(1.012.550)
Atividades de Educação	**(3.200.758)**	**(3.006.765)**
Despesas Gerais (Nota 9)	(8.923)	(8.238)
Despesas c/Ordenados(Nota 9)	(2.170.665)	(2.025.520)
Encargos Sociais(Nota 9)	(135.885)	(134.694)
Cota Patronal INSS (Nota 9)	(491.558)	(475.119)
Isenção Patronal INSS(Nota 8)	(491.558)	(475.119)
Despesas Administrativas (Nota 9)	(882.265)	(918.308)
Superávit/Déficit Exercício	**8.021.448**	**14.116.081**

III - Demonstrações Do Fluxos De Caixa - Método Indireto em 31 de Dezembro (Em R$ 1)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2018	2017
Superávit do exercício	8.021.448	14.116.081
Depreciação e Amortização	1.027.334	604.651
Superávit/Déficit Ajustado	9.048.782	14.720.746
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes		
Devedores Diversos	(32.473)	(15.127)
Aluguéis	(448.239)	(1.025.993)
Aluguéis Comissão de Benefícios	162	(12.572)
Cheques a Depositar	23.071	23.392
Contas a Pagar Comissão Benefícios	(113)	(326)
Obrigações Sociais	50.412	6.873
4.1.-Imóveis em Comodato: A Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, cede gratuitamente a entidade de comodato temporário aquisitivo Imóveis de sua propriedade, nos seguintes termos: •SENAI - Escola Profissionalizante Dona Maria Angelina Vicente de Azevedo Francischini de Jesus de 1 a 13 anos, anteriormente cedidos sem valor de locação para que os mesmos prestassem os serviços inerentes necessitasse ou de reduzidas possibilidades econômicas; •VIDA JOVEM ASSOC.DE APOIO AO MENOR CARENTE - realização de metas/ações de assistência e educacionais de apoio a menores carentes; •GALPÃO DO CLISBOEM - realização de atividades culturais, cento de debates, estudos, palestras e memoria do testemunho, tornando-se o espaço de difusão e disseminação da cultura portuguesa. **4.2- Propriedades Locadas e/ou Ligadas a Entidade e apresentada em valores atualizados e compromissadas a doações patrimoniais, superávits/déficits acumulados e de operações:** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de acordo com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

6-Receitas 2018 2017

Aluguéis	12.974.792	12.109.606
Receita de Condomínio	350.614	370.963
Receita de Aluguéis Comissão de Benefício	482.810	445.072
Receita de Condomínio Comissão de Benefício	26.904	26.904
Rendimentos de Investimentos	9.082.654	10.533.840
Rendimentos de Investimentos Comissão de Benefício	301.612	431.821
Resultado de Potencial Construtivo	5.784.000	8.981.473
Outros	308.581	201.223
Total	**28.311.947**	**33.099.529**

7-Atividades de assistência social - Gratuidades: No atendimento ao decreto. No. 7.237/10, a entidade concedeu através de seus Projetos Sócio Educacionais, as seguintes gratuidades:

	2018	2017
Projeto Pró-Criança e Adolescente	19.198.235	17.011.235
Centro de Proteção Social Básica	69.984	61.439
Projeto Pert. A Família Cuidando Comissão de Benefícios	64.611	54.611
Projeto Promoção Humana e Social Comissão de Benefícios	437.576	352.943
Total da Gratuidade	**19.770.407**	**17.480.203**

Os custos e despesas relativos a gratuidade concedida referem-se aos gastos incorridos durante a prestação dos serviços supramencionados. Os custos e despesas são apurados pelos gastos efetivos que foram destinados a ação gratuita e proporcionaram benefícios. **8-Imobilização e Depreciação Sociais-Gratuidade Social-Estatutos:** A Fundação possui certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social CEBAS para o período 01/01/2018 a Defendo atravessa do pedido de renovação junto ao MDS em 28 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 26/06/2018. Em 19/06/2019, foi protocolado o pedido de renovação através do processo 71000.038969/2019-89. Em 28 de junho de 2018, foi publicada no Diário Oficial da União a certificação das entidades Beneficentes de Assistência Social, as isenções usufruídas devem ser registradas sob o título de "Cota patrimonial - RESC conforme informações abaixo: Cód. Período: RESC 1.085.526 Cota Patrimonial RESC Comissão Benefício 10.184. - FUNDAÇÃO Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga não mantém em contribuição patrimonial.

Paulo Cardoso - R. CP 162105/O-SP - CPF:381.128.788-00

Marta Gabriela Franceschini Vaz de Almeida - Presidente - CPF:006.368.788-72

Felipe Rodrigues Siqueira - Tesoureiro - CPF:015.523.468-04

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da PUNCAI - Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conclui, com base no relatório dos auditores independentes - Moreira Auditores Independentes - emitido em 20 de março de 2019 sem ressalvas, que as referidas demonstrações contábeis refletem a posição patrimonial e financeira da Fundação, mantendo-se pela sua aprovação. São Paulo, 07 de junho de 2019. - **Luiz Carlos Lazarini** - Presidente - **Marcelo Baptista Conti** - Membro titular - **Rodrigo Lisboa Bonalti** - Membro titular.

Relatório dos Auditores Independentes

A DO. Diretoria da **Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga - São Paulo - SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como um resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga** em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório de auditor:** A administração da **Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga** é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido as suas características específicas, possui elementos e forma de apresentação próprio das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de **Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga** de manter a sua continuidade operacional, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que valores e receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações, e que o recebimento dos mesmos ocorrerá nos atividades financeiras são mensurados pelo custo amortizado. **2.6- Créditos de evaluação:** A Entidade avalia mensalmente seu saldo de contas a receber, com base estas evidências objetivas da alteração e valor recuperável, uma provisão para perdas é registrada. A administração considera, com base em dados de previsão, bem vendas e outros. **2.7- Ativo Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, a depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, as taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, refletindo adequadamente o resultado do exercício. **2.8- Demais ativos circulante e não circulante:** Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações incorridas em base pro rata dia. **2.9- Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços, que foram adquiridos no curso normal dos atividades, sendo reconhecidos no valor de fatura por ocasião de contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, as contas a pagar são classificadas no passivo não circulante. **2.10-Demais passivos circulante e não circulante:** Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **2.11- Ajuste Judicial:** De acordo com as diretrizes do Ministério do Assistência Jurídica, a PUNCAI possui ações de execução junto a PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo), relativas ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) dos imóveis, cuja classificação nestas ações pela Procuradoria Jurídica foram como de **Passivo Perda**, no valor total de R$ 6.691.736,52. **2.12- Redução a valor recuperável dos ativos:** Os valores de contabilização dos ativos tem seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, com base na indicação de perda de valor. Foi realizado em 2018 baseado de avaliação dos bens do ativo imobilizado - imoveis, por empresa especializada, a qual não identificou, de maneira de necessidade de provisão, pois, os valores do ativo estavam abaixo do valor de mercado.

3. Caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações): 2018 2017

Caixa	846.059	587.755
Bancos	12.479.696	133.793.265
Aplicações financeiras (i)		
Total	**12.331.721**	**134.381.020**

(i) São mensurados a valor justo por meio de resultado como demonstrado abaixo e possuem taxas de rendimento entre 6% e 7,5% a.a.

Banco	**Tipo de aplicação**	2018	2017
Banco Econômica Federal	CDB-Pós	21.000.975	25.178.207
Banco Santander (Brasil) S/A	CDB-Pós	4.793.162	26.892.577
Banco Itaú S/A	Carteira Administrada	49.790.076	49.908.941
Caixa Econômica	Carteira Administrada	43.067.731	32.280.941
Total		**121.474.866**	**133.693.746**

4-Imobilizado		**Saldo de Custo**			**Depreciação**	**Saldo Líquido**	
Bens Imobilizados	**Taxa a.a**	**em 31/12/2017**	**+Adições**	**-Baixa**	**Saldo total Acumulada**	**em 31/12/2018**	**em 31/12/2017**
Imóveis		11.915.872	20.650.000	(1.830)	32.564.042	2.484.335	3.085.691
Instalações	10	280.901	38.550	-	319.451	71.639	48.916
Ap.Som/Vídeo/Imag.	10	135.352	25.258	-	161.110	(71.742)	89.365	75.240
Bens Móveis Diversos	10	63.236	940	-	64.236	(29.546)	34.690	38.923
Mat.Didático/Ped.Lab.	10	76	-	-	76	(76)	-	-
Consult.Médico e Odon.	10	15.865	-	-	15.865	(15.865)	-	-
Veículos	10	150.139	-	-	150.139	(134.842)	25.297	35.066
Instrumentos Musicais	10	30.266	-	-	30.266	(20.500)	9.766	11.858
Maquinas e Equip.	10	61.564	2.500	-	66.064	(61.047)	20.767	20.767
Moveis e Utensílios	10	652.794	30.883	(689)	682.988	(418.884)	264.024	285.172
Telefone		5.840	-	-	5.840	-	5.840	5.840
Biblioteca		1.100	-	-	1.100	-	1.100	1.100
Lavanderia		16.272	-	-	16.272	(16.272)	-	-
Cartela Afiliação e Carteiras		3.050	-	-	3.050	-	3.050	-
Equip. Informática	20	467.967	35.308	-	503.275	(399.418)	103.857	109.581
Copa e Cozinha	10	20.679	-	-	20.679	(20.513)	166	53
Jardim e Ferramentas	10	2.700	-	-	2.700	-	2.700	2.700
Apar. Equip.Telef.	20	51.004	6.695	-	57.699	(32